



Universidade de Brasília
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE
EMANCIPAÇÃO DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

LITIANE MOREIRA DA SILVA DE ALBUQUERQUE PEIXOTO

**BRASÍLIA
2013**

LITIANE MOREIRA DA SILVA DE ALBUQUERQUE PEIXOTO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE
EMANCIPAÇÃO DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a. SÔNIA MARISE SALLES CARVALHO

**BRASÍLIA
2013**

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação
Curso de Pedagogia – Licenciatura

Banca examinadora composta por:

Prof.^a Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora) – FE/UnB

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella – FE/UnB

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Siqueira Cerqueira – FE/UnB

CIP – Catalogação Internacional na Publicação

PEIXOTO, Litiane Moreira da Silva de Albuquerque.

A economia solidária como possibilidade de emancipação da mulher: um relato de experiência pedagógica em uma organização não governamental. / Litiane Peixoto. Brasília: UnB, 2013.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, 2013.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho.

CDU 004

Endereço: Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte
CEP 70910-900
Brasília – DF – Brasil

LITIANE MOREIRA DA SILVA DE ALBUQUERQUE PEIXOTO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE
EMANCIPAÇÃO DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
PEDAGÓGICA EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob a avaliação da Comissão
Examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Data da aprovação: ___/___/___

Dedico este trabalho a meus filhos, Gustavo Henrique e Eduardo Henrique, a meu esposo, Ricardo, a meus pais, Zesonita e Venâncio, a meus irmãos, Diana, Dionei e Hemerson, e a meus amigos, que nunca me deixaram parar e sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, e em especial, a meu marido Ricardo e aos meus filhos, Gustavo e Eduardo, por me darem força e me ajudarem a concluir essa pesquisa.

À minha família, que sempre esteve presente, apoiando-me em todas as minhas conquistas e derrotas, dando-me amor e carinho.

Aos meus amigos, por, simplesmente, serem grandes amigos, proporcionando-me carinho, respeito e força.

À professora Sônia Marise Salles Carvalho, por sua paciência, orientação e por compartilhar seus conhecimentos.

À Associação de Mulheres Empreendedoras (AME), por permitir a pesquisa, e, principalmente, às suas funcionárias, Rosiana, Tatiana e Ana Carolina, por me acolherem e compartilharem comigo seus conhecimentos e suas paixões pelo que fazem.

Aos professores Teresa Cristina Siqueira Cerqueira e José Luiz Villar Mella, componentes da banca examinadora, contribuindo com o meu processo de ensino-aprendizagem.

À professora Sandra Vivacqua Von Tiesenhausen, pelo seu entusiasmo, dedicação, respeito e incentivo durante minha vida acadêmica.

Aos pais do meu marido, Maria Cleomar e Peixoto, e a sua irmã, Márcia, que sempre me deram força e me ampararam quando eu precisava.

Aos professores, funcionários e coordenadores do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, que me ajudaram durante a minha trajetória universitária.

E, finalmente, ao povo brasileiro, que paga muitos impostos e torna possível o funcionamento das universidades públicas brasileiras.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a economia solidária como outra proposta de economia, educação e sociedade e tenta mostrar como esta pode gerar transformação social, sobretudo no que diz respeito à emancipação das mulheres, com seu empoderamento por meio do empreendedorismo solidário associativo. A questão da violência contra a mulher é tratada, e procura-se mostrar que a economia tradicional, pautada pela disputa, concorrência e hierarquia de poder, é uma das causas da perpetuação dos conflitos de gênero e submissão feminina. Para isso, procurou-se levar, por meio de uma pesquisa-ação, os conceitos da economia solidária a uma organização não governamental (ONG) de Brasília que tem como foco o empoderamento de mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência. A pesquisa-ação foi realizada enquanto a pesquisadora trabalhava como voluntária na ONG, utilizando-se de rodas de conversa entre ela e três funcionárias da organização e de contatos telefônicos com dez mulheres atendidas naquele espaço. Dessa forma, será apresentado um relato de experiência que mostra um exercício de ensino-aprendizagem em que o conhecimento é construído de forma colaborativa entre a pesquisadora e os pesquisados. O próprio espaço da organização foi utilizado para compreender os conceitos da economia solidária. Como resultado, surgiu a possibilidade do emprego deste tipo de economia no fomento e na assessoria aos empreendimentos das mulheres atendidas.

Palavras-chave: economia solidária, emancipação feminina, empoderamento feminino, violência contra as mulheres.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AME	Associação de Mulheres Empreendedoras
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBM	International Business Machines
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPDLES	Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
Pró-Vítima	Atendimento Multidisciplinar a Vítimas de Violência da Secretaria de Justiça do Distrito Federal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEJUS	Secretaria de Justiça do Distrito Federal
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
PARTE 1 – MEMORIAL EDUCATIVO	12
MEMORIAL EDUCATIVO.....	13
PARTE 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	20
1. PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA	21
2. OBJETIVOS.....	26
2.1. OBJETIVO GERAL.....	26
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
3. REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	27
3.1.1. DEFINIÇÃO DE ONGs.....	27
3.1.2. TERCEIRO SETOR	31
3.1.3. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)	33
3.1.4. HISTÓRIA DAS ONGs NO BRASIL.....	36
3.2. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	39
3.2.1. A EDUCAÇÃO, AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	39
3.2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA	49
3.3. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	56
3.3.1. A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA SOCIEDADE ATUAL	56
3.3.2. LEI MARIA DA PENHA	60

4. METODOLOGIA	63
5. RELATO DE EXPERIÊNCIA	65
5.1. LOCAL DA PESQUISA	65
5.2. RESULTADOS E ANÁLISE.....	73
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
PARTE 3 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	83
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	84
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO I.....	92
ANEXO II.....	101

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia, pretende mostrar como a economia solidária se configura como uma alternativa de transformação social para mulheres, especialmente as vítimas de violência. Está dividido em três partes: na primeira, apresento meu memorial educativo; na segunda, o estudo de pesquisa; por fim, coloco minhas perspectivas profissionais com relação ao curso escolhido.

No memorial educativo, faço uma retomada de toda a minha trajetória escolar, desde a alfabetização até a minha entrada na Universidade de Brasília. Relato várias situações que, de certa forma, influenciaram as minhas escolhas e delinearão alguns de meus fracassos e sucessos.

O estudo de pesquisa, configurado aqui como pesquisa-ação, foi desenvolvido dentro da Associação de Mulheres Empreendedora (AME), uma organização não governamental (ONG) da Brasília que recentemente adquiriu o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A AME tem por finalidade apoiar e estimular políticas para mulheres, entre as quais, o incentivo à participação no mercado empresarial, à ocupação de postos de trabalho e à participação no poder político institucional.

A economia solidária, com base nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade econômica, será apresentada como uma alternativa de modo de vida que pode contribuir para a transformação social de mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência. Portanto, a economia solidária traz a expectativa de ajudar o movimento iniciado por essa ONG que há pouco tempo adquiriu o título de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Como arcabouço teórico, são citados trabalhos sobre economia solidária, violência contra a mulher, criação das ONGs, e outros que, de forma associativa, lidam com a relação entre ONGs e Educação. A pesquisa bibliográfica contribuiu para entender os conceitos relacionados ao campo da investigação.

O estudo foi todo realizado dentro da pesquisa qualitativa, enquanto a pesquisadora trabalhava como voluntária da ONG por um período de quatro meses,

configurando-se como uma pesquisa-ação, denominada como experimentação social, onde propostas inovadoras e prospectivas delimitam as ações dos participantes. Como resultado da pesquisa-ação, será apresentado um relato de experiência em que será mostrado como ocorreu a intervenção dentro da organização. Esse tipo de pesquisa se configura como um rico campo de relações interpessoais, o que contribui para o aprendizado em conjunto entre pesquisador e grupo pesquisado. Segundo Barbier (2007), essa proposta de pesquisa é muito válida porque além de testar ideias ou utopias, também é acompanhada de "uma reflexão e de uma análise empreendidas, simultaneamente e sucessivamente, pelos atores ou promotores, por meio da interpretação de diários de campo, de trocas, de relatórios escritos (...) para melhor compreender as condições e os limites de suas experiências e, eventualmente, para torná-las conhecidas" (Barbier, 2007).

Por fim, na última parte do trabalho, temos minhas expectativas profissionais e expectativas utópicas futuras.

PARTE 1

MEMORIAL EDUCATIVO

MEMORIAL EDUCATIVO

Meu nome é Litiane, tenho 33 anos, nasci em Brasília, sou casada e tenho dois filhos lindos. Minha mãe é de Minas Gerais e meu pai é do Maranhão. Ambos estudaram somente até a quarta série do ensino fundamental e atuam na profissão de chefe de cozinha. Possuo três irmãos, dos quais dois possuem nível superior, sendo um professor adjunto da Universidade de Brasília (UnB) no Instituto de Letras, e o mais novo é graduando em Matemática, também pela UnB. Meu marido também tem nível superior pela UnB, em Licenciatura em Computação, e, atualmente, é servidor público federal.

Iniciei meus estudos aos seis anos de idade, na cidade do Gama, no ano de 1986, o nome da escola não me lembro, mas sempre estudei em escolas públicas, onde a qualidade é algo que não passa de utópico.

A minha educação infantil se caracterizou como meu processo de alfabetização, no qual a professora nos permitia escrever no chão da escola com o giz que era utilizado no quadro negro. Eu ficava um pouco receosa em fazê-lo, mas quando me permiti, foi uma experiência muito gostosa, não sei se foi pelo caráter subversivo do ato, mas gostei muito do momento. Alguns dias depois, essa prática foi abolida da escola. Perguntamos para a professora o porquê disto e ela respondeu que a culpa era nossa, por não sabermos distinguir o momento certo para essa prática.

Na primeira série ainda não estava completamente alfabetizada. A professora utilizava uma cartilha azul, e essa cartilha possuía divisões, onde separávamos (desmembrávamos) as palavras, juntávamos outras e formávamos frases. A cartilha lembrava um quadro de pregas e eu não gostava muito dela, pois não entendia o que a professora queria. E quando eu tentava perguntar para os colegas, ela não entendia a minha interação e punha-me de castigo. Foi uma experiência terrível. Durante esse período, não tive uma experiência de leitura efetiva. Interessante que tento me lembrar de qualquer movimento de educadores em direção a essa prática, mas não consigo recordar.

Na segunda série a professora chamava-se Simone, muito carismática entre os estudantes. Essa educadora ainda nos permitia chamá-la de tia. Neste período fui classificada como uma estudante destaque, pois obtinha notas classificadas

como “boas”. Ficava preocupada com a posição, pois a cobrança e as expectativas em torno de mim eram maiores, eu não podia falhar. Já na terceira série minhas notas não eram mais tão boas. Lembro-me que não conseguia mais ter o mesmo rendimento (quantitativo) que esperavam de mim.

A quarta série, segundo a opinião da professora, era um momento de transição, onde não seríamos mais crianças e nos tornaríamos pré-adolescentes. Não existia mais recreio, era intervalo, e não podíamos mais brincar dentro da escola. Eu não gostava dessa posição em que me encontrava. Não queria deixar de brincar só porque a professora determinou que naquele momento não me enquadrava mais na posição de criança. Nessa fase, a educadora pediu que lêssemos o livro “O filho do caminhoneiro” de Aristides Fraga Lima. A aquisição desse livro fez com que me sentisse muito feliz, principalmente porque foi o primeiro livro literário que pude ter. Antes desse período, o meu contato íntimo com a leitura se dava quase que exclusivamente através de revistas em quadrinho que eu pegava escondido do meu irmão mais velho.

Todas as percepções e posteriores organizações que transcreverei neste memorial serão as que senti na época da leitura, então não conseguirei fazer uma crítica bem elaborada com relação às mesmas. Ainda não tinha a criticidade como um movimento pessoal e, conseqüentemente, social. Apenas fazia parte do meu processo de ensino-aprendizagem ser pacífica, amorosa e obediente a todas as práticas pedagógicas às quais fui exposta, ou seja, eu era só mais uma engrenagem no processo. Mas hoje acho que continuo sendo esta mesma engrenagem, só que agora muito defeituosa e tentando ser possivelmente um motor, que é algo mais independente.

Voltando à leitura do livro “O filho do caminhoneiro”, fiquei muito impressionada com a obra. O tema “morte”, abordado no início do livro, deixou-me estarrecida, pois não esperava que os pais da criança fossem morrer em um acidente de carro na autoestrada. Na época me sentia muito ligada a minha mãe, então fiquei literalmente impressionada com a leitura do livro.

Nas quinta e sexta séries, tive vários professores e muitas expectativas em relação à mudança, proferida tantas vezes pela professora da quarta série. Mudanças ocorreram, assim como em todas as outras fases, mas não tão significativas como nos foi invocado, a não ser pela nossa maturação (processo natural) que todos passamos e em todas as outras séries anteriores.

E nas sétima e oitava séries os conteúdos ficaram mais extensos e

complicados. Fui eleita representante de classe e conciliar as funções de representante e estudante foi muito complexo, pois nunca estava satisfeita com meus desenvolvimentos em nenhuma das tarefas.

Na oitava série, conheci o romance de Mario de Andrade “Amar, verbo intransitivo”. Na ocasião, a educadora brincou com o título do livro e nos falou que com o término da leitura entenderíamos o que estava implícito no título. Que romance conturbado! Não julgarei os levantamentos históricos e preconceituosos da época. Apenas deixar-me-ei levar pelo “romance proibido”, que é o tema central do livro, e as sacadas extraordinárias do autor. A visão romântica que tenho introjetada em mim, que ao final tudo daria certo, foi o meu grande equívoco. Pobre Elza (Fräulein), com seu amor desconstruído pelo preconceito. Sobre o título, a intransitividade está relacionada a amarmos inicialmente desta forma, amar nem que seja de forma “errônea”, para depois nos permitirmos amar transitivamente, de forma “assertiva”.

No segundo grau, a complexidade dos conteúdos se evidenciou ainda mais e assim pude perceber o déficit na minha educação. Química, física e matemática pareciam não fazer sentido para mim, por seu grau de dificuldade. Alguns professores não estavam preocupados em nos ajudar nesse momento, apesar de cobrarem muito. Tive professores que chegaram a falar que na minha sala do terceiro ano nenhum aluno passaria no vestibular. Lembro-me deste fato com muito rancor e quando penso sobre isso fico enfurecida comigo em não ter respondido para esses professores que só se preocupavam em nos desmotivar, que a responsabilidade seria deles por serem tão incompetentes. Neste momento, fui bombardeada com cobranças por parte de alguns educadores e interpelações do tipo “quantos livros você já leu na sua vida?”. Começou a maratona de leituras. A ênfase nesta fase seria as obras cobradas no vestibular. Fiz a leitura de obras como: “O Guarani” de José de Alencar, “O Alienista” de Machado de Assis, “Vidas Secas” de Graciliano Ramos, “O Cortiço” de Aluísio Azevedo, entre outros. Porém, só a leitura dessas poucas obras não era suficiente para encarar o vestibular da UnB, então fiz a leitura de muitos resumos de livros como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis, “Senhora” de José de Alencar, “Macunaíma” de Mario de Andrade e outros.

Tentei o meu primeiro vestibular em 1998, para Letras Português. Não obtive êxito, então decidi procurar meu primeiro emprego. Comecei a trabalhar em uma grande loja de departamento no Park Shopping, onde permaneci por dois anos.

Depois desse período, fiquei grávida do meu primeiro filho. Por seis anos, dediquei-me exclusivamente a ele. Neste período, li muito sobre maternidade e livros que me chamavam atenção, como “O Evangelho Segundo Jesus Cristo”, “Todos os Nomes” e “Ensaio Sobre a Cegueira”, todos do escritor José Saramago, e “O Mundo Assombrado pelos Demônios” de Carl Sagan.

Mas o que me fez pensar em tentar prestar vestibular novamente, só que para o curso de Pedagogia, foi o início de escolarização do meu filho, mais precisamente minha tentativa quase que sufocante de participar ativamente do processo de ensino aprendizagem dele, tentando ter instrumentos e conhecimentos mais profundos sobre o mesmo. Nesta perspectiva, li um livro que eu acho interessante que poderia ser aproveitado no curso de Pedagogia: “Cuidado, Escola!”, cujo organizador é Paulo Freire. Lendo-o, fiquei mais preocupada em deixar meu filho se aventurar nesse ambiente muitas vezes perverso, seja ao podar os educandos por meio de mecanismos escolares de destruição da autoestima, como sugeriu a professora Lucília Helena em seu texto “Todo o poder da palavra”, seja pela falta de estímulos, falta de adequação ao contexto sócio-cultural, rotulações perversas, falta de qualificação dos educadores, falta de estímulos psicológicos e financeiros aos educadores, falta de condições físicas, entre outros. Na tentativa de minimizar esses acontecimentos, propus-me cursar Pedagogia.

Após o segundo grau e o meu tempo longe das áreas tidas como escolares, foi uma luta pessoal para a conquista do meu espaço dentro da universidade. Confesso que, após entrar, fiquei muito decepcionada com alguns educadores, mas não foi uma decepção somente ideológica, foi também na construção do meu processo de ensino-aprendizagem. Um sistema como o nosso, completamente excludente, onde a individualidade reina, a arrogância opera e os brios estão aflorados, como argumentar com esses educadores a respeito de suas práticas docentes e como lutar contra esse sistema? Parece uma luta perdida, mas ainda há esperanças. Tanto que conheci muitos educadores comprometidos com uma educação voltada para a igualdade.

Ingressei na Universidade de Brasília no segundo semestre de 2006. E iniciei meu processo de revolução pessoal. Na primeira semana, fiz amizades muito importantes. Conheci pessoas maravilhosas que compartilhavam comigo angústias e, principalmente, alegrias.

Amigos como: a Danielle, com sua serenidade e paciência, a Náira com sua simplicidade e beleza, a Rosiana, companheira e sempre com seu espírito de

liderança, o Rubens, com sua sagacidade crítica e persistência, a Sueli, com uma força pessoal e senso de responsabilidade, a Maradélia, que apesar dos momentos difíceis, sempre estava com o sorriso nos lábios e a Larissa, brincalhona e muita amada.

No segundo semestre, iniciei o Projeto 2 com a professora Sandra Vivacqua. Professora maravilhosa, com uma sabedoria gigante e uma sensibilidade frente às contradições sociais. Neste mesmo período, tive o prazer de ser convidada a participar das comemorações que a Universidade de Brasília estava promovendo pelo aniversário de um ano do Núcleo de Extensão de Santa Maria, no Distrito Federal. E, a partir desse momento, eu e um grupo de estudantes montamos uma peça para ser encenada neste espaço. A peça teve uma grande aceitação pelo público participante.

Então eu e uma amiga, a Maradélia, ficamos entusiasmadas com a aceitação da população local e, juntamente com a professora Sandra Vivacqua, a Rosiana, o Rubens e a Sueli iniciamos um projeto de extensão chamado "Quem conta encanta" no núcleo de extensão de Santa Maria. Contávamos, aproximadamente, com 18 crianças por oficina. O objetivo do projeto era despertar o interesse pela narrativa escrita por meio da oralidade. Seleccionávamos textos dos autores Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Câmara Cascudo.

Como fazíamos muitas anotações e observações, iniciamos, também, o Projeto 3, fases I II e III (cada fase em um semestre) sob a orientação inicial das professoras Sandra Vivacqua Von Tiesenhausen, Norma Lúcia Nérís e Maria do Carmo Diniz. Infelizmente, a professora Norma não pode mais continuar a nos orientar, mas continuamos os projetos sob orientação das duas outras professoras. Foram momentos muito ricos em informação e experiências de vida. Momentos prazerosos, em que aprendemos muito.

Nas discussões, que aconteciam posteriormente a nossas idas ao local, nos proporcionaram muitas dúvidas, inquietações e também muitas alegrias. Assim, cada participante do grupo de extensão sempre tinha uma visão diferente dos fenômenos observados em campo. Eu, por exemplo, sempre me foquei mais nas questões relacionadas às contradições sociais, de forma crítica.

Nos semestres subsequentes tive a oportunidade de cursar muitas disciplinas com educadores realmente preocupados com uma educação libertadora e com a participação democrática de seus estudantes dentro e fora das salas de aula. Também, tive o desprazer de estudar com professores sem o menor

comprometimento em disciplinas como: Filosofia da Educação e Orientação Educacional.

Dando continuidade ao meu processo de ensino-aprendizagem, desfrutei de disciplinas que aumentaram as minhas inquietações e contribuíram no aprofundamento de minhas reflexões, como: Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas de Educação, Gênero e Educação, Oficina do Professor Leitor, entre outras.

As disciplinas mencionadas acima foram, sem dúvida, marcantes na construção do meu conhecimento, me ajudaram a entender ainda mais sobre a exclusão social.

Sempre acompanhei os vários movimentos sociais pelos meios de comunicação com uma visão crítica, inclusive quanto à forma como aqueles mesmos meios divulgam as notícias. Quando vemos na mídia a difamação desses movimentos, penso que, apesar de parecer o contrário, quase não há mudanças na nossa realidade social. Para muitos, inclusive, há mesmo um retrocesso, pois muitas vezes vemos pessoas sendo combatidas apenas por lutarem por seus direitos constitucionais. O que me faz ter esperança é que, como diria Foucault, "duas pessoas expostas a uma mesma situação sempre reagem de formas diferentes", ou seja, há uma pequena liberdade que faz com que as mudanças ocorram.

Através do Projeto IV conheci a professora Sônia Marise Salles de Carvalho, muito engajada e preocupada com as relações de trabalho, com sua perspicácia crítica e sua impressionante vontade em ajudar. Nessa disciplina, fiz um trabalho de campo com educação de jovens e adultos.

Neste momento, Rosiana, uma grande amiga, estava trabalhando em uma organização não governamental que se dedica a apoiar o desenvolvimento e a sustentabilidade de telecentros e, acabara de receber uma proposta para trabalhar em uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), cujo foco era relacionado com a questão do empoderamento da mulher de baixa renda e de mulheres vítimas de violência.

Interessei-me pela temática, uma vez que a questão do gênero, a violência contra a mulher e a exclusão social sempre estiveram suas relações estreitadas. Assim procurei a professora Sônia Marise e iniciamos o Projeto V, o qual aborda essa temática.

A minha ideologia de vida fez com que eu me interessasse pelo tema e por achar que a função social da UnB deva contemplar essa temática, desenvolvendo,

assim, atividades de práticas sociais aliadas à pesquisa.

PARTE 2

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DA
MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM UMA
ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

1. PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

Nos últimos anos, alguns indicadores brasileiros apontam para uma redução na desigualdade social. De fato houve uma pequena evolução, mas a desigualdade continua sendo muito grande, já que os 20% mais ricos da população detêm aproximadamente 60% da renda total. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE):

O coeficiente de Gini (índice que mede a distribuição da renda) passou de 0,559, em 2004, para 0,508, em 2011. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Entre 2001 e 2011, os 20% mais ricos da população diminuíram sua participação de 63,7% para 57,7%, enquanto os 20% mais pobres aumentaram, passando de 2,6% para 3,5% do total de rendimentos. Em 2011, a renda familiar per capita dos 20% mais ricos foi 16,5 vezes maior que a dos 20% mais pobres, enquanto em 2001, 24 vezes maior (IBGE, 2012 *apud* Portal Brasil, 2012).

Para Fernando Gaiger (2013 *apud* IPEA, 2013), "o padrão de consumo brasileiro se aproximou e incorporou uma parcela importante da população. Pode-se dizer que a desigualdade econômica diminuiu, mas as famílias de baixa renda ficaram no mesmo patamar que antes. As maiores mudanças ocorreram na classe média da população". Isso corrobora as constatações de que a miséria, o desemprego, as altas taxas de mortalidade infantil, a violência e a concentração de renda nas mãos de poucos expressam, ainda hoje, o alto grau de desigualdade verificado no país.

A busca incessante pelo acúmulo de capital e a preservação e reprodução dos interesses dos grupos hegemônicos acabam por produzir e reproduzir as desigualdades. A partir do liberalismo econômico (final do século XVIII), a pequena parcela da população que detém o maior poder aquisitivo pertence a um status social privilegiado, ou seja, se configura como a classe dominante. A classe trabalhadora iniciou um novo movimento de organização em forma de sindicatos que visavam uma nova dinamização dessas relações de trabalho. Singer (2008) tem uma visão muito interessante a esse respeito como nos mostra o mesmo:

O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos. Essa concentração dá-se em consequência da lógica dos mercados competitivos, pela qual os ganhadores apoderam-se de parcelas crescentes do mercado e do capital e os perdedores são expulsos do mercado e privados do capital que detinham. Em última análise, a livre competição leva a sua própria superação, ao ser

substituída por modalidades monopólicas ou oligopólicas de competição (Singer, 2005).

O capitalismo, de certa forma, dividiu a população em duas classes distintas, os burgueses (donos das empresas, indústrias, e terras) e os proletários, que trabalham para produzir as riquezas para os burgueses. Mas essa relação de dominação não é pacífica, mas geradora de lutas e tensão constantes. Como uma das consequências dessa tensão temos a Constituição Federal, que no seu Artigo 6º, sobre os direitos sociais, deixa claro que todos têm direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e à assistência social, quando desamparados.

Sabemos que cabe ao Estado gerir esses direitos, mas, infelizmente, o que verificamos é a sua ausência e, muitas vezes, a sua negligência. Segundo Bendassolli (2000 *apud* Lucas, 2011), "vários indicadores sociais apontam para uma ampliação considerável da massa de pessoas que não têm emprego". Nesse cenário, a parcela da população que não consegue se manter aumenta e, como consequência, o Estado ficaria obrigado a suprir a condição de subsistência dessas pessoas.

Depois do neoliberalismo, tudo passou a perseguir a eficiência. A dimensão tecnicista é a que conta. Cadê a dimensão humana e política? Nesse momento entram em cena as organizações não governamentais (ONGs), com enfoque em economia solidária, compromissadas com uma construção social mais igualitária.

As desigualdades sociais sempre estiveram presentes nas relações humanas. A condição do sujeito marginalizado, vítima do desenvolvimento do modo de produção capitalista e dos desejos e ensejos do grupo dominante, faz com que pensemos nas relações de poder como compreendidas por Michel Foucault (Orso, 1996), como detentoras de mecanismos que se mostram como uma força que reprime, coage e disciplina os indivíduos.

A condição da mulher nesse aspecto se torna cada vez mais preocupante. Muitas vezes, vítimas da violência e da exclusão social, ficam reféns dessa sociedade desigual e segregadora. Os números mostram que a violência contra a mulher é uma realidade, e se associada às desigualdades existentes entre os gêneros, fica ainda mais explícito como a mulher é marginalizada pela sociedade. "Números do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mostram que quatro entre cada dez mulheres

brasileiras já foram vítimas de violência doméstica" (Portal Brasil, 2011).

Existem várias formas de violência, não só a física, mas também a emocional e sexual. Elas vêm carregadas de uma bagagem de opressão e dominação que muitas vezes se escondem na docilidade com que a cultura impõe e introjeta nas pessoas, como sendo um ato quase que natural, o que contribui para sua banalização.

Diante deste cenário, o presente trabalho discute as estratégias e experiências que a Associação de Mulheres Empreendedoras (AME), uma organização não governamental de Brasília, Distrito Federal, utiliza como forma de dar empoderamento às mulheres em geral e às mulheres vítimas de violência. Empoderamento este entendido como "mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir" (Costa, 2000, p. 7 *apud* Silva [1], 2010).

A economia solidária, alicerçada nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade econômica, apresenta-se como uma alternativa de modo de vida que pode contribuir para a transformação social de mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência. Assim, a economia solidária traz expectativa de ajudar o movimento iniciado por essa ONG que há pouco tempo adquiriu o título de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Porém, levar o tema e as práticas da economia solidária para um espaço permeado pelo modo de vida da "sociedade do salário" (Carvalho, 2008) não é algo trivial:

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas, as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isso é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança (Singer, 2005).

A economia solidária tem que ser entendida como uma proposta de vida capaz de minimizar as formas de exclusão e melhorar a precarização nas relações de trabalho, tendo como base a geração de emprego e a possibilidade de obtenção de melhores rendas. Incentiva, assim, o desenvolvimento local e, sobretudo, o pessoal, de forma participativa e sustentável (Singer, 2005), (Kruppa, 2005) e (Gadotti, 2009).

[...]possibilidade de consolidação de novas relações econômicas, sociais e solidárias, na medida em que possibilita repensar as relações de trabalho e de vida nas comunidades, se propõe também a intervir nas relações de capital e trabalho, no sentido que desenvolve a autonomia dos trabalhadores, que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e também valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas (Lutkmeier, 2012).

Frente ao dualismo existente entre economia solidária e economia capitalista e considerando que a economia solidária tem por objetivo proporcionar às pessoas que a adotam uma possibilidade de vida melhor, amparada por princípios de reciprocidade e igualdade de condições (Singer, 2005), este trabalho pretende mostrar que a economia solidária pode contribuir para a transformação social das mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violências. Dessa forma, a economia solidária será discutida como uma meio que possibilita a emancipação das mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência, o qual poderia ser utilizado por uma ONG que tenha aquela emancipação como estratégia.

Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a partir de dados levantados pela Fundação Perseu Abramo, um bilhão de mulheres, ou uma em cada três do planeta, já foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou submetidas a algum outro tipo de abuso (CFEMEA, 2013). Grande parte dessa violência é fruto da economia tradicional, com resquícios do patriarcado, em que temos uma divisão sexual do trabalho e uma heteronormatização da sociedade.

A economia solidária, como outra proposta de vida, educação e sociedade, ajudaria a acabar com as desigualdades sofridas pelas mulheres, rompendo a divisão sexual do trabalho e aquela relação perversa de sociedade. A educação e o trabalho, quando bem articulados, representam uma possibilidade de rompermos com esse histórico de violência contra a mulher, pois a partir desse momento, as mulheres adquirem maior poder social e econômico, passando a ter ferramentas para lutar contra a tirania social.

A autogestão representa uma alternativa muito válida para a concretização desse movimento, uma vez que as relações pautadas pelo respeito, tendo a preocupação em dar visibilidade às práticas de igualdade, podem garantir a participação feminina nas tomadas de decisão e, conseqüentemente, a sua inclusão nos debates políticos propostos pelos empreendimentos solidários e, concomitantemente, com a sociedade no geral. Poderemos romper, assim, com a visão cultural que praticamente "domesticou" a mulher, tentando suprimir seu lado

"selvagem". (Estés, 1994).

Precisamos reconhecer e respeitar essas novas propostas femininas de inserção social. Mulheres que lutam por novos espaços e valorizações de seus trabalhos e propõem ações que visam combater a violência sofrida por muitas mulheres.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar como a economia solidária pode contribuir para a transformação social de mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar a economia solidária, OSCIPs, terceiro setor, e associá-los ao combate à exclusão social e, conseqüentemente, associá-los à emancipação das mulheres;

Mostrar de que forma a ONG analisada trata a questão sobre a violência contra a mulher, e se sua prática, refletida na tentativa de dar empoderamento à mulher, ajuda nesse processo de exclusão da violência;

Levar a proposta de economia solidária para que ONG possa usar no fomento e assessoria dos empreendimentos das mulheres atendidas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Ainda que a economia solidária seja uma prática antagônica à economia tradicional capitalista, a mesma continua necessitando do mercado. De fato, o mercado independe do capitalismo: "Como costuma dizer Paul Singer 'o mercado existiu bem antes do capitalismo e continuará existindo depois do capitalismo'. O mercado, em si, não é hostil à economia solidária" (Gadotti, 2009).

A economia solidária se faz com a interação entre os três seguimentos: o Estado, o mercado e a sociedade civil.

A dinâmica da Economia Solidária pressupõe o diálogo entre os três segmentos que a compõe, onde se aprende a lidar com a diversidade, seja pelos lugares institucionais distintos, experiências acumuladas e organizações diferenciadas. No entanto, busca-se primar por um trabalho autogestionário (Carvalho, 2008).

O debate em torno do que seria a sociedade civil ou sua organização tem crescido nos últimos anos. Portanto, para entendermos melhor a articulação entre os segmentos, faz-se necessário apresentar algumas definições que dizem respeito às organizações da sociedade civil.

3.1.1. DEFINIÇÃO DE ONGs

As organizações não governamentais (ONGs) não possuem uma definição jurídica. São citadas já na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, em seu Art.º 71 (ONU, 2001), mas sem um conceito formal.

Para Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), "as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático,

condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos" (ABONG, 2010).

A princípio, podemos pensar na identidade das ONGs, como elas se posicionam e quais atividades elas desenvolvem. No Brasil, em geral, as organizações não governamentais são classificadas como associações ou fundações, possuidoras de um estatuto próprio, com finalidade de promover atividades que tem por objetivo o bem estar, visando à diminuição das desigualdades sociais, reivindicando direitos e políticas públicas, fiscalizando e denunciando as "faltas" e descumprimentos do Estado, atuando junto às minorias.

Alguns autores falam da heterogeneidade de sua classificação e chamam a nossa atenção para o fato de que as ONGs não têm como único objetivo o assistencialismo, contrariando afirmações mais liberais, que acabam por distorcer os movimentos sociais (Tude & Rodrigues, 2007). Outrossim, eliminar-se-ia seu caráter revolucionário, transformando-as em uma forma de regulação social promovendo a continuação e reprodução das desigualdades.

Com o fim da ditadura militar brasileira e conseqüente abertura política, as ONGs acabaram tendo que repensar os seus papéis. Posicionando-se como um importante eixo na transformação social, ou seja, ajudariam na reorganização da sociedade civil. Para tanto, passaram a ter uma nova forma de interação com o Estado, assegurando novas parcerias. Desta forma, as ONGs passaram a ser uma espécie de termômetro social, onde as suas atuações catalisariam os "movimentos e aspirações sociais e políticas brasileiras" (BNDES, 2001).

Segundo Szazi (2006), o termo parceria "veio ao encontro das necessidades de entidades que desenvolvem projetos conjuntos com o Estado", ou seja, a uma maior facilidade de obtenção de recursos públicos, já que a burocracia de transferência desses recursos não é necessária nesse caso específico.

Como sugere Almeida (2009), as ONGs complementam e muitas vezes substituem as ações do Estado, que por falta de interesse e ou capacidade técnica, administrativa ou operacional, não conseguem realizar ações eficientes no âmbito social. São organizações que, para alguns estudiosos, compõem o terceiro setor, cujo conceito é amplo como mostra Almeida (2006), e "engloba além das ONGs, sindicatos associações, instituições religiosas e partidos políticos".

Outro ponto de vista é o de Gadotti (2009) que fala que as "ONGs não substituem o estado. Ao contrário, elas vêm se constituindo numa força cívica de pressão para que o estado cumpra suas funções. Elas têm provocado mudanças

em favor da democracia, da equidade, da inclusão e de uma outra economia" (Gadotti, 2009).

Existe uma discussão interessante em torno das áreas de atuação e dos objetivos das ONGs. Segundo Mattos e Drummond:

Autores como Petras (1990) e Moller (1991) criticam as organizações não governamentais por promoverem a "profissionalização" do exercício da cidadania e por beneficiarem-se de um processo de empobrecimento da população, que reduziria sua capacidade de agir autonomamente, sem o apoio de atores "externos" como as ONGs. Herculano (2000), por outro lado, sustenta que não se pode negar que, onde faltam bens públicos ligados à educação, à saúde, ao saneamento básico, dentre outros, os benefícios produzidos pela ação dessas organizações para as populações representam ganhos substantivos cujo valor é difícil desqualificar (Mattos e Drummond, 2005).

Essa discussão se dá com base nos fatos de que o Estado é quem deve prover a sociedade e não as organizações não governamentais. Mas sabemos que a máquina estatal não dá conta de todas as demandas sociais ou simplesmente quer transferir suas responsabilidades com o intuito de não demonstrar sua incapacidade e sua impossibilidade de agir diante desse cenário.

As ONGs, quando bem intencionadas, podem e devem interferir nesse cenário, mas não como substitutas do Estado e, sim, como apoiadoras, fiscalizadoras e combatentes em prol das causas sociais. O termo "responsabilidade social" não deve ser aplicado apenas à sociedade civil, pois pagamos muitos impostos para simplesmente isentar o Estado de suas obrigações e responsabilidades e transferi-los para as organizações, mesmo que sem fins lucrativos, ou para a população em geral. Para incrementar essa discussão que gira em torno das ONGs, podemos mostrar dois pontos de vista, que se complementam. O primeiro é do professor Haddad (2006), que faz um recorte mais geral sobre os objetivos das ONGs:

O universo de ONGs não é homogêneo; assim como o de quaisquer outras organizações, sejam universidades, órgãos de imprensa, partidos, sindicatos, movimentos sociais e outras. As ONGs cumprem papéis diferenciados e têm orientações políticas diferenciadas. Muitas atuam em sintonia com o sistema global, mas outras tantas lutam por transformações estruturais, por constituir e defender direitos humanos, por disputar conteúdos e orientações em processos de desenvolvimento social e sustentável. (Haddad 2006)

O segundo é do professor Gadotti, que defende a importância das ONGs para a democracia:

As ONGs são essenciais para o funcionamento da democracia. Se elas não existissem, criariam um grande vácuo na sociedade, haveria um grande prejuízo para as populações mais pobres e muitos serviços públicos essenciais não seriam prestados. Além do mais, na democracia, os cidadãos têm o **direito de se organizar** [*grifo do autor*] para intervir na vida pública. Atacar as ONGs hoje é atacar a democracia (Gadotti, 2009).

Portanto, definir as ONGs é algo inapropriado, mas, pensaremos nelas como entidades sem fins lucrativos, operantes no terceiro setor da economia (para alguns autores), formadas por pessoas jurídicas de direito privado, com um caráter público não estatal e que têm por finalidade, promover a justiça social. A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) define ONG como sendo aquela organização "constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa" (ABONG, 2006, p. 3 *apud* Gadotti, 2009).

Assim, apesar de as ONGs repensarem seus papéis como parceiras do Estado, elas continuam mantendo uma postura crítica à frente dos problemas sociais. É o que vemos no pensamento de Gadotti:

[...] sabemos que muitas ONGs surgiram de movimentos sociais e populares e continuam assessorando esses movimentos. É o caso particularmente das ONGs feministas, ambientalistas ou ligadas aos direitos humanos. Muitas estão ligadas aos movimentos negros, indígenas ou de outras "minorias", como gays e lésbicas, direitos da mulher, da criança ou grupos religiosos. ONGs são organismos vivos, pró-ativos: não substituem os movimentos, mas se articulam com eles; organizam-se em redes e têm um grande potencial. Milhões de pessoas são beneficiadas hoje pelos seus programas (Gadotti, 2009).

A maioria das ONGs não possui recursos próprios, o que faz com que as mesmas procurem vários parceiros. Esses parceiros, por sua vez, acabam cooptando as ONGs, reduzindo a sua autonomia em construir uma identidade. Essa falta de identidade faz com que os projetos promovidos por essas organizações fiquem pulverizados, principalmente no campo metodológico, o que dificulta traçar um ideário. Nesta perspectiva, Andrade fala que:

Uma das características das ONGs no Brasil é a diversidade de parcerias com financiadores que estabelecem. Como os recursos são reduzidos, elas acabam estabelecendo vínculos com vários parceiros. Nesse contexto, ao realizar ações com parceiros diferentes, recebem variadas influências e demandas, o que, muitas vezes, pode descaracterizar a identidade do trabalho e promover conflitos de interesses e pontos de vista. Isso pode significar iniciativas que, de fato, exercem poucas influências positivas e, até mesmo, a realização de ações que respondem aos interesses e demandas dos financiadores, e não do público que se beneficia dessas ações (Andrade, 2009).

Quanto à questão da captação de recursos, observamos que é uma necessidade de sobrevivência dessas organizações, e que muitas vezes esse processo de captação gera concorrências entre as ONGs existentes. Apesar disso, acreditamos no posicionamento mais crítico destas. Com relação à participação do Estado na tomada de decisão pelas ONGs, não podemos afirmar que todas elas são isentas das investidas do Estado. Mas, como sugerem Cardeal e Diógenes:

A captação de recursos é uma necessidade das ONGs, no sentido de possibilitar a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por tais instituições. Acontece que nessa captação, as ONGs acabam tendo que concorrer entre elas pelo financiamento do setor privado e das administrações públicas. Desta forma, a influência do mercado tem influenciado cada vez mais as concepções de gestão das ONGs. É preciso tomar cuidado para não reproduzir na sociedade civil as mesmas relações de gestão desenvolvidas no setor privado. Tendo em vista que essas instituições possuem as suas especificidades e visam atender ao interesse público e não ao privado, é preciso que essas organizações sejam geridas de acordo com a proposta de sua atuação, que é desenvolver um trabalho que privilegie a sociedade e não somente determinados grupos sociais (Cardeal & Diógenes, 2011).

Em relação às ONGs, temos que encará-las como uma articulação entre o terceiro setor, as OSCIPs, as organizações de base comunitárias, as fundações e outros. Como disse Gadotti, "todas sem fins lucrativos, se articulam, cada vez mais com a economia solidária, na defesa de políticas públicas emancipadoras" (Gadotti, 2009).

3.1.2. TERCEIRO SETOR

A partir da década de 1990, no Brasil, vimos surgir a necessidade de classificar e conceituar o terceiro setor. Para muitos estudiosos, essa necessidade se dá em decorrência do próprio processo de democratização do país e quanto ao fato das entidades que compõem esse setor se tornarem parceiras do Estado na busca e implantação de programas que visam o combate à pobreza e diminuição das desigualdades.

Talvez a questão da parceria e a delimitação de até onde atuam o Estado, o mercado e o terceiro setor sejam os motivos das inconclusões sobre o termo:

No Brasil, entretanto, essa separação entre Estado, mercado e terceiro setor não é tão clara, Coelho, por exemplo, caracteriza o terceiro setor como um campo que possui características dos outros dois setores- um espaço entre o Estado e o mercado (2000:59). Falconer (1999), por sua vez, afirma que

ao contrário dos Estados Unidos, onde a marca do terceiro setor é a independência em relação ao Estado e ao mercado, no Brasil esse campo surge sob o signo da parceria, o que, segundo ele, obscurece os limites entre os três setores (Gutierrez, 2006).

Existe também a concepção de que tudo que não se refere ao Estado ou ao mercado seja incluído no terceiro setor, o que geraria um enfraquecimento da construção de uma sociedade civil democrática. Há uma concepção de que a sociedade civil seria o local onde "todo tipo de participação colabora com a cidadania de alguma forma" (Teixeira, 2003:92 *apud* Gutierrez, 2006). Assim, a não delimitação dos espaços dessas organizações e "nem as consequências de suas ações, a ideia de cidadania acaba diluída na linguagem fluida dos valores, presentes nas concepções de terceiro setor" (Gutierrez, 2006).

O termo terceiro setor muitas vezes recai sobre a questão da solidariedade, o que, de certa forma, geraria uma noção de cidadania ligada mais aos deveres "cívicos e morais", deixando a questão da garantia dos direitos civis para um segundo plano, como nos mostra Gutierrez (2006): "o apelo à solidariedade, neste contexto, se baseia na ideia de espírito cívico, que liga-se a uma concepção de sociedade civil em que esta não mais se apresenta como desiderato político emancipatório, forma utópica de uma sociedade a que se quer chegar". Ou seja, os objetivos perseguidos por esse tipo de proposta seriam as políticas sociais que vislumbravam no contexto da democracia liberal.

Apesar dessa inconclusão conceitual, não podemos esquecer a importância do terceiro setor como forma de combater e minimizar as injustiças sociais, assim como afirma Cardoso, o terceiro setor possui "um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social" (Cardoso, 1997:9 *apud* Gutierrez, 2006).

O nome Terceiro Setor indica os entes que estão situados entre os setores empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor). Os entes que integram o Terceiro Setor são entes privados, não vinculados à organização centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não almejam entre seus objetivos sociais o lucro e que prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público (Instituto Pro Bono - Manual do Terceiro Setor).

Parece não existir um consenso em relação à classificação do terceiro setor, pois engloba uma grande gama de variações de concepções e entidades, mas, segundo Oliveira, o terceiro setor resumir-se-ia a "cidadãos que, participando de

modo organizado e espontâneo, realizam um sem-número de atividades visando o interesse coletivo" (Oliveira Filho, 2006, p. 3 *apud* Almeida, 2009).

Nesta perspectiva, temos o ponto de vista de Gadotti, em que:

O chamado terceiro setor tem um perfil mais liberal, associado ao mundo da empresa. As empresas capitalistas consideram o estado como um espaço dominado pela burocracia e pela ineficiência. Elas pedem dele mais agilidade e cobram a diminuição de encargos e tributos. O terceiro setor acaba se transformando numa válvula de escape para a empresa ter menos custos e exercer suas funções a partir de outra ordem jurídica (Gadotti, 2009).

Assim, a questão conceitual sobre o terceiro setor é bastante debatida no meio acadêmico, uma vez que existe um leque de possibilidades de atuação dentro desse setor, e isso faz com que os interesses divirjam entre si, o que acaba dificultando uma conceituação.

Devido a essas questões, não podemos categoricamente afirmar que as ONGs pertencem ou não ao terceiro setor. E apesar de aquelas terem se distanciado dos movimentos sociais, elas ainda atuam e se articulam com os mesmos, o que faz com que inúmeras pessoas sejam beneficiadas. As conquistas sociais só são possíveis se as ações do Estado visarem alcançar a governabilidade mais democrática.

3.1.3. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)

Para começarmos a discussão sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), é necessário entendermos o que é sociedade civil. O conceito de sociedade civil é bastante discutido, possui uma infinidade de definições, mas podemos achar pontos em comum nessa gama de definições, como, por exemplo, um espaço separado dos interesses do mercado e do Estado. Um espaço de denúncias e de lutas, onde o interesse das minorias seja exposto e o interesse da coletividade seja uma bandeira da participação democrática. Nesta perspectiva, temos a consideração de Gadotti:

Muitas coisas podem caber no conceito de sociedade civil. Nele podem-se incluir as organizações populares e movimentos sociais, as organizações profissionais, as organizações religiosas, e, inclusive, o mundo acadêmico. Como uma arena em luta, como uma esfera separada dos interesses do estado e do mercado, em muitos casos, a sociedade civil serviu de abrigo, principalmente na América Latina, para a resistência contra regimes

autoritários. No seio destas lutas, a sociedade civil surgiu e se fortaleceu como esfera pública não-estatal, orientada “para a representação de interesses de coletivos e minorias sociais, para a transparência e a participação nas decisões (em sentido democrático), para uma cultura popular e para o conhecimento construído fora dos grupos de poder econômico e político tradicionais e ainda para que o estado respeite a vontade majoritária (Gadotti, 2009).

Nesse universo da sociedade civil encontramos as ONGs e as OSCIPs, que se caracterizam como um rico espaço que busca dar visibilidade aos interesses da população na luta contra a exclusão. As OSCIPs possuem muita semelhança com as ONGs, o que as difere é o fato das OSCIPs possuírem um ordenamento jurídico. Para exemplificar, Antunes afirma:

A OSCIP organiza-se sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, conforme disposições da Lei 9790/99. Para que uma pessoa jurídica seja caracterizada como OSCIP é necessário que ela atenda, ao mesmo tempo, aos critérios: não ter fins lucrativos e desenvolver determinados tipos de atividade de interesse geral da sociedade e adotar um determinado regime de funcionamento – dispor em seus estatutos e engendrar nas suas ações preceitos da esfera pública que tornem viáveis a transparência e responsabilização pelos atos praticados. A concessão de qualificação como OSCIP é feita pelo Ministério da Justiça (Antunes, 2010, p. 604 *apud* Silva [2] 2010).

Assim, OSCIPs são ONGs advindas do interesse público, de direito privado, que possuem uma certificação do Estado que mostra aptidão para receber recursos do mesmo, através do termo de parceria, o qual exige uma transparência administrativa. Alguns estudiosos acreditam que o termo de parceria facilita o repasse de verbas e a prestação de contas.

A Lei 9790 de 1999 – Lei das OSCIPs, no seu Artigo 1º, prevê que:

Art. 1º. Podem qualificar - se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera - se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (Brasil, 1999).

No Artigo 3º da mesma lei, podemos elencar algumas finalidades que as ONGs precisam ter para obter o título de OSCIP, que são:

- I- a promoção da assistência social;
- II- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar; (Brasil, 1999).

Seguem alguns artigos Lei 9790 de 1999 que abordam a parceria:

- Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.
- Art. 10 O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.
- § 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:
- I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
 - II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
 - III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;
 - IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
 - V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no Inciso IV deste artigo;
 - VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do Inciso anterior, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria (Brasil, 1999).

Alguns estudiosos defendem que a criação e legalização das OSCIPs foi uma tentativa do Estado de transferir suas obrigações para a iniciativa privada e que a criação do termo “parceria” foi uma tentativa de burlar o processo de concorrência, método necessário para dar provimento aos serviços prestados para o Estado.

3.1.4. HISTÓRIA DAS ONGs NO BRASIL

Atualmente podemos observar mudanças no quadro socioeconômico, político e cultural advindas das últimas décadas do século XX, em que ocorreram vários movimentos sociais juntamente com o surgimento das ONGs e a efetiva globalização capitalista da economia.

Alguns movimentos populares iniciaram-se, no Brasil, por volta de 1960 e tinham como foco a transformação social, numa perspectiva emancipatória. Tais movimentos também se manifestaram na Educação. "Como reação à educação elitista e conservadora que se delineava na via institucional, surgiram ações de grupos, no final da década de 50, caminhando na contramão da incapacidade e paralisia política do Estado de suprir os direitos de acesso, permanência e aprendizagem das classes populares" (Brandão, 2001 *apud* Streck, 2008).

A ativa participação das entidades sem fins lucrativos na sociedade brasileira data do final do século XIX. Já o processo de formação e consolidação das organizações não governamentais (ONGs) hoje presentes no cenário nacional surgiu nas décadas de 60 e 70, épocas marcadas pelas restrições político-partidárias impostas pelos governos militares, concentrando-se basicamente nas décadas de 80 e 90 (século XX), período em que mais cresceram e se tornaram visíveis. Apesar da evolução recente, as ONGs tiveram papel relevante enquanto catalisadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira (BNDES, 2001).

Esses movimentos sociais e as organizações não governamentais afloraram em meio a descontentamentos por parte da população brasileira frente à crise econômica representada pelas altas taxas de juros, grandes níveis de inflação e, conseqüentemente, a situação de pobreza na qual estava imersa uma grande parte da população. E, nesse momento, também como uma forma de luta, surge a chamada Educação Popular, que teve como um dos seus maiores representantes o educador Paulo Freire e que tinha como propósito a educação para conscientização. Surgem também os movimentos feministas, que tinham por objetivo colocar um ponto final na opressão que recaía sobre as mulheres.

Alguns autores dividem os movimentos feministas em dois grandes momentos. Num primeiro momento, as mulheres se organizaram com o propósito de adquirir direitos políticos e sociais. Num segundo, ocorreu uma tentativa de minimizar as desigualdades civis, trabalhistas e políticas, ou seja, uma tentativa de

entender as causas das desigualdades existentes entre os homens e as mulheres. "Diferentes mulheres brasileiras têm tradição e história nas lutas do movimento feminista. A história do movimento se fez com mulheres, sujeitos históricos que apontaram na mudança e na transformação das suas condições de vida" (Aued, 2003, p. 64 *apud* Silva [1], 2010).

A partir do educador Paulo Freire, foi possível falar em uma pedagogia realmente preocupada com as classes populares no Brasil.

É nos anos 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares. Pela primeira vez começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latino-americana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem um papel central (Palolo, 2001 *apud* Streck, 2008).

Alguns estudos apontam que, por volta do final dos anos 80, os movimentos sociais perderam o espírito das lutas de classe e, conseqüentemente, a vontade de transformação e construção de uma nova sociedade. Nesse momento, surgem novas formas de mobilização social com um caráter menos centrado na produção e nas lutas de classe:

No final de 1970, com a morte do velho movimento social, movimento operário, Touraine (1994) passou a falar de movimentos sociais típicos da sociedade pós-industrial: movimentos sociais de gênero, de pacifismo, de ecologismo, de nacionalismos (Frantz, 2008).

Tendo em mente o cenário descrito acima, surgem novos protagonistas, "os novos movimentos sociais", que são formados pelo coletivo, como as organizações não governamentais, e que têm por objetivo criar alternativas de vida e ações voltadas para demandas sociais mais pontuais. Esses movimentos tentam suprir a falta do Estado em áreas onde há pouco ou nenhum investimento em políticas públicas.

Os Novos Movimentos Sociais são definidos, segundo Renon (1996, p. 502) como comportamento coletivo conflitivo que abre espaços sociais e culturais, tais como instituições politizantes da sociedade civil, oferecendo um modo diferente de designar o mundo e desafiar os códigos culturais predominantes (Frantz, 2008).

No decurso da história brasileira, observamos que os movimentos sociais sempre tiveram estreita ligação com a política. Em alguns momentos foram bem expressivos, como no caso das Diretas Já, um movimento que contou com uma grande participação da sociedade civil e que tinha como objetivo fazer emergir

relações sociais mais democráticas e dialógicas.

O sentido histórico desses movimentos é a afirmação da autonomia das classes populares, através de organização, seja sindical, partidária ou cooperativa, com vistas à ruptura de condições históricas do processo da concentração de renda, em mãos de uma minoria da população (Frantz, 2008).

A partir dos anos 90, as ONGs passam a se distanciar cada vez mais dos movimentos e interesses sociais demandados pelas décadas anteriores, e acabam por se ligarem a lutas mais pontuais e a estreitarem suas relações com o Estado.

Segundo Gutierres (2006), quando os movimentos sociais lutavam contra o regime autoritário instituído, a relação deles com o Estado era de oposição. A partir do momento que existe uma abertura ao diálogo implantado pelo viés da redemocratização, fica explícito que há uma necessidade de mudanças em termo de reivindicação com relação aos direitos.

Muitas ONGs, no entanto, passam a estabelecer uma relação que muitas vezes é de parceria, principalmente na execução das políticas públicas. É importante notar que, com a mudança ocorrida no perfil associativo da década de 1990, as ONGs se distanciam cada vez mais dos movimentos sociais, ganhando autonomia no cenário nacional, e caracterizando-se, sobretudo, por uma tendência à profissionalização, ligada à relação que passam a estabelecer com órgãos internacionais e Estado (Gutierres, 2006).

Diante disso, é importante avaliarmos se essa relação das ONGs com o Estado é interessante, uma vez que as ONGs atuantes dentro dos movimentos sociais, de certa forma, tiveram "dificuldades em conciliar uma dupla atuação, junto ao Estado e junto ao conjunto de movimentos" (Teixeira 2002 *apud* Gutierres, 2006). Esse jogo de interesses, muitas vezes divergentes, nos dá uma noção do quão foi e é importante a participação dos movimentos dentro da esfera da criação de políticas públicas voltadas para os interesses da sociedade civil, visando os menos privilegiados.

Assim, quando Gadotti discorre desse momento histórico da criação e consolidação das ONGs, concordamos com seu ponto de vista:

A década de noventa assistiu a uma grande expansão do número de ONGs no Brasil. A Constituição Federal de 1988 assegurou a essas organizações um papel central no processo de consolidação da democracia, instituindo o exercício do poder popular "diretamente" (não somente por meio de representação). Ela instituiu a democracia participativa, isto é, o direito da população participar, diretamente, no processo de decisão e controle do estado. Essa é a principal fonte de legitimidade da atuação das ONGs no Brasil, legitimidade reforçada pela sua atuação: "as ações que realizam correspondem aos interesses da população em oposição à lógica da exclusão social" (Soczek, 2007 p. 227) (Gadotti, 2009).

Atualmente, as ONGs ainda não possuem um marco regulatório no Brasil, o que nos faz pensar que o Estado segue exclusivamente a lógica capitalista, ou seja, não está preparado legalmente e organizacionalmente para se articular efetivamente com as ONGs. Mas, apesar disso, acreditamos que "ONGs, movimentos sociais, terceiro setor, estado e o mercado, mesmo trabalhando sob tensões, conflitos e disputas, podem articular-se de forma mais eficiente e competente, dentro de seus espaços e em conformidade com seus fins, em favor do bem comum" (Gadotti, 2009).

3.2. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Até aqui, foram discutidos alguns conceitos que envolvem a sociedade civil e apresentadas as organizações não governamentais como estruturas importantes para as transformações sociais, principalmente após a redemocratização brasileira. Pode-se ver que essas organizações agem como "catalisadores" dos movimentos populares.

Assim, as organizações não governamentais serão discutidas, neste capítulo, como espaços de ensino-aprendizado capazes de criar mudanças para aqueles que vivem oprimidos pela economia tradicional. Ao final, a economia solidária será apresentada como proposta alternativa de modo de vida capaz de transformar a sociedade.

3.2.1. A EDUCAÇÃO, AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Temos que nos preocupar com o papel que a educação vai tomar no contexto político, como será afetada na era da informática e qual será o papel das associações e fundações nesse contexto educativo. A educação tradicional sobrevive até hoje, mas a educação nova, desenvolvida nos dois últimos séculos, trouxe inúmeras conquistas e, talvez, tenha ainda um lugar na educação do futuro.

Tentemos definir o que é educação. Segundo Stuart Mill, educação "é tudo

que fazemos por nós mesmos e tudo aquilo que os outros tentam fazer com o fim de aproximar-nos da perfeição de nossa natureza" (Durkheim, 1967). O interessante em citar Mill se dá pelo fato que ele foi um grande defensor da tolerância, da diversidade e da liberdade individual. Ele acreditava que a forma de combater as desigualdades de gênero seria através da educação para a igualdade e defendia a criação de um aparato legal que delineasse essa igualdade.

Segundo Durkheim (1967), em sua mais larga acepção, educação "compreende mesmo os efeitos indiretos produzidos sobre o caráter e sobre as faculdades do homem, por coisas e instituições cujo fim próprio é inteiramente outro (...)" Também pode ser vista como o desenvolvimento de todas as faculdades humanas, "é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz." Assim, Durkheim acredita que a educação é um bem social, alicerçado pelas relações sociais e regado pela cultura, onde o individual perde espaço para o coletivo. Para Brandão, "a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação); cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor" (Brandão, 1981 [1]).

O aprofundamento da conceituação de educação não se faz o necessário aqui, pois o objetivo é tentar relacionar as ONGs à educação. Mas o conceito de educação entendido neste trabalho é: uma prática social, cultural e política, envolvendo ensinar e aprender. Um movimento complexo e influenciável pelas várias nuances envolvidas nesse processo, como, por exemplo, a cultura, que se configura como uma espécie de manipuladora da consciência, da vontade e da ação das pessoas, com o intuito de modelar as personalidades humanas. E neste caso, a preocupação que temos que ter é com a cultura e suas facetas.

Ao se discutir educação, é inevitável, pelo menos atualmente, não pensar em alteridade, pois ficam nítidos os inter-relacionamentos necessários à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano. Nesta visão, é impossível uma educação neutra, pois não existe conhecimento desinteressado, sem que se observe o contexto em qual está inserido. Assim, temos a educação popular, inspirada no trabalho de Paulo Freire, iniciado em meados do século passado, que visa uma educação como mecanismo de democratização, em que se possa refletir

os valores de solidariedade e de reciprocidade, e em formas alternativas de produção e consumo.

Com isso, percebemos as ONGs, a economia solidária e as organizações de base comunitária (OBCs), dando-nos alternativas para uma reforma no sistema de escolarização e, conseqüentemente, como meio de educação. Exemplos dessa educação popular são as escolas dos sem-terras, que auxiliam na construção do conhecimento nas crianças daquela comunidade. A educação popular tem por objetivo o desenvolvimento do pensamento crítico e a conscientização do povo como protagonista de sua história.

Os processos educativos dentro de algumas ONGs, neste período, estavam recheados pelos ideais de libertação freireanos. Como nos mostram Cardeal e Diógenes:

Os processos educativos sofriram grande influência do pensamento pedagógico desenvolvido no período anterior ao golpe, durante os primeiros anos da década de 60, quando as ideias do educador brasileiro Paulo Freire se disseminaram entre centenas de experiências de educação popular, denominadas na oportunidade como “movimentos de cultura popular” (Oliveira; Haddad, 2001, p. 77 *apud* Cardeal & Diógenes, 2011).

A partir dos anos 70 e 80, as ONGs ganharam mais espaços, principalmente na área educacional, o que contribuiu para uma maior participação dos agentes sociais, antes excluídos. O Estado vem cada vez mais atuando não só como espectador, mas também como interventor nesse cenário, uma vez que essas organizações se configuram como um espaço de lutas e, principalmente, um espaço que viabiliza a educação transformadora. Claro que não são todas as ONGs que tem esses objetivos, mas devemos analisar e compreender qual a concepção de mundo essas ONGs estão disposta a perseguir. Para exemplificar, temos a classificação dos tipos de prática desenvolvida dentro desses espaços feita por Carvalho (2000 *apud* Cardeal & Diógenes, 2011):

As organizações **conservadoras** [*grifo das autoras*] interpretam a realidade desde o que está estabelecido, sem questioná-la e em nenhum momento propõem mudar os valores dominantes. As organizações **moderadas** [*grifo das autoras*] apresentam posicionamentos não lineares na sua conduta ideológica, prevalecendo a interpretação comportamental para a solução dos problemas da sociedade. Deseja resolver a questão que as mobiliza pela educação, se propor mudanças na sociedade. No segundo quadrante dessa tipologia, estão as organizações **questionadoras** [*grifo das autoras*] que desenvolvem ações proativas, denunciam contradições e propõem a adoção de uma legitimidade alternativa. Por fim, estão as organizações **transformadoras** [*grifo das autoras*] que desenvolvem uma interpretação própria da realidade que significa uma posição contrária ao paradigma dominante, levando-as a proporem alternativas concretas ao sistema global

(Carvalho, 2000, p.6 apud Cardeal & Diógenes, 2011).

Assim, as ONGs envolvidas com a educação surgiram com o objetivo de lutar contra a hierarquização dos saberes visando o uso político, mas, diferentemente das instituições escolares que se caracterizam muitas vezes como um reforçador negativo das diferenças, algumas ONGs se preocupam com uma aprendizagem política vinculada aos direitos dos cidadãos, levando-os a práticas que visam buscar a solução de problemas de forma coletiva.

No momento atual, nos deparamos com uma realidade em que se tem um sistema escolar que ainda não se caracteriza como uma educação democratizadora, que nos faz pensar que as novas teorias e os novos espaços educativos ainda não foram totalmente aproveitados na prática, mas, nem por isso, deixaram de ser alternativas viáveis. Na era da informática, com a globalização, verificamos uma facilidade em disseminar o conhecimento, não só usando palavras mas, também, imagens e sons. É o que vemos com o aumento do número de ONGs envolvidas direta ou indiretamente com a educação, e que acabam ampliando a noção dos espaços educativos, utilizando as novas formas de tecnologia com o objetivo de melhorar o trabalho e a renda de todos os envolvidos nesse processo.

Fazendo uma contextualização histórica e uma leitura política, fica mais fácil entendermos como as transformações ocorreram e como a educação se moldou como uma importante ferramenta na luta por novas formas de organização social.

A partir do fim da década de 50 o mundo passou por mudanças em todos os âmbitos, desde o comportamental até o econômico. O papa João XXIII abriu o concílio Vaticano II e ocorrem modificações nas normas da Igreja, o que alterou o comportamento de católicos no mundo todo; ocorreu a Revolução Cubana, que levou Fidel Castro ao poder e influenciou a política na América Latina; iniciou-se o movimento Hippie, que influenciou jovens brasileiros. No Brasil, ocorre a inauguração da nova capital do país, um dos pilares da euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek.

Após Juscelino, segue o governo de Jânio Quadros, que renunciou, segundo o próprio, devido a “forças terríveis”, assumindo seu vice, João Goulart, em 1961. Nesse momento, o Brasil estava imerso em uma crise econômica, em grande parte causada pela corrida desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Surgem movimentos sociais que visavam à melhoria nas condições de vida da população, sobretudo na educação. Foram criados os movimentos populares de cultura, os

centros de cultura popular do movimento estudantil e o Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (Brandão, 1981 [2]). Nesse contexto, Paulo Freire iniciou o sua prática pedagógica na periferia de Recife, com a participação de cinco educandos, dos quais três aprenderam a ler e escrever em aproximadamente trinta horas, enquanto os outros dois desistiram. Após isso, houve outras experiências na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte.

Baseado nas experiências anteriores realizadas na cidade de Angicos, o trabalho foi levado por outros educadores para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e cerca de 300 trabalhadores foram alfabetizados em apenas 45 dias. Isso chamou a atenção da opinião pública e do então presidente da época, João Goulart, que propôs a Paulo Freire que orientasse o Plano Nacional de Alfabetização, que tinha como objetivo alfabetizar aproximadamente cinco milhões de pessoas até 1965. Paulo Freire já contava com o apoio popular, pois só no Rio de Janeiro houve uma efetivação de aproximadamente seis mil matrículas.

Após o golpe militar de 64, que contou com o apoio de grandes empresários brasileiros e da Igreja (ambos os grupos temiam as propostas reformistas do presidente João Goulart e o comunismo), as ideias de Paulo Freire foram consideradas subversivas e ele foi preso e depois exilado para o Chile. Assim, suas ideias ficaram suspensas no âmbito governamental durante o período de ditadura.

Em 1967, como resposta ao plano criado anteriormente por João Goulart, os militares criam o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se configurava como funcional, pois objetivava somente a alfabetização, não fornecendo ferramenta para uma educação continuada e, muito menos, crítica. Dessa mesma forma ocorreram tantas outras políticas educacionais voltadas para a contenção, manipulação e castração, tendo como pano de fundo uma educação com mecanismos de "destruição da autoestima" (Garcez, 1998), que possibilitaria uma maior manipulação por parte do poder dominante, não correndo risco de uma igualdade de condições educacionais.

Durante o período de ditadura militar (1964 a 1984), exatos vinte anos de repressão, brutalidade, injustiças, vozes descontentes sendo abafadas, poderes intolerantes, tivemos ainda muitas lutas de cunho social voltadas para que essas vozes viessem à tona. Entre essas lutas estava a criação do movimento feminista e das ONGs, os quais lutavam pela igualdade de direitos, buscando neutralizar as diferenças relacionadas às questões de gênero, classe, etnia. As mulheres, nesse período político, foram para a luta armada contra o regime ditatorial.

Nessa proposta de luta encontramos o educador Paulo Freire que propôs uma educação emancipadora visando à autonomia. Assim, o seu método tem por objetivo o letramento através da conscientização. O educando se voltará para os problemas sociais, a compreensão de mundo, e internalizará que todos somos, como ele mesmo falava, protagonistas de nossas próprias histórias de vida, atingindo sua libertação.

O termo "libertação", de Paulo Freire, veio contrário ao momento político, mas não se tratava apenas de ser contra a ditadura e, sim, contra "as capitânicas hereditárias, as oligarquias fundiárias, a aristocracia industrial, as corporações transnacionais e as diversas ditaduras militares, políticas e culturais" (Semeraro, 2007). Neste contexto, o termo libertação sintetiza o método de alfabetização do Paulo Freire, que representa um outro meio de luta contra todos os tipos de desigualdades existentes no Brasil.

Segundo Arruda, a Educação Libertadora tem que partir do contexto ao qual o jovem ou adulto estão inseridos, ou seja,

[...] tomando como ponto de partida as condições de vida e trabalho dos educandos, o educador abre um diálogo com eles sobre a questão "para quê desejam educar-se". Fica logo evidente por suas respostas que suas motivações para a educação estão vinculadas não a um desejo abstrato de "saber", mas a pretensões concretas como trabalhar melhor, conseguir um trabalho que renda mais, melhorar a vida para si e para a família. Na consciência dos que vivem do seu trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser humano trabalhador (Arruda, 2005).

Dessa forma, podemos observar que não é fácil romper com o tradicionalismo. É difícil "construirmos uma outra proposta educacional que não a velha escola, que produz e reproduz seres humanos submissos e adequados à produção capitalista" (Kruppa, 2005).

Pensando no ambiente escolar, encontramos uma fragmentação do conhecimento e uma segregação nas interações que acabam por expandir-se para os meios de produção. Vejamos o que Kruppa pensa sobre isso:

[...] a escola contribui para disciplinar os trabalhadores, não apenas porque seus valores sejam individualistas (conforme se apresentam no controle individual da produção escolar, no sistema de premiação, na seleção direta e/ou indireta dos considerados competentes), mas também porque sua organização dificulta a sociabilidade e a formação de espaços coletivos não previstos. Tem um regime que transpira submissão e disciplina à fala (Kruppa, 2005).

Temos ainda a forma como os conteúdos escolares são organizados e

repassados aos estudantes de modo que "a visão de totalidade do real" (Kruppa, 2005) perde espaço para a "hierarquização e segmentação no currículo" (Kruppa, 2005), ou seja, a organização curricular corresponde aos interesses mercadológicos, onde temos as especializações que gera nos profissionais uma incapacidade de comunicação entre áreas distintas.

Baseada na divisão social do trabalho – quanto mais o indivíduo especializa-se mais define sua área de atuação – a sociedade atual perdeu a disponibilidade de ensinar os que não são do mesmo segmento profissional. Essa divisão do saber legitima que o engenheiro saiba o que o peão da fábrica não sabe, sem que se pergunte porque isso ocorre (Kruppa, 2005).

A autora mostra, também, que alguns programas de educação têm enfoque na multidisciplinaridade e buscam, assim, uma forma de educação comprometida com a visão da totalidade do conhecimento, utilizando, para isso, propostas como os temas transversais. Mas apesar desses avanços, essa prática tem se mostrado pouco eficiente, pois os temas transversais são importantes, mas não são a mola mestra dos currículos e do sistema escolar.

Programas de educação de jovens e adultos de sistemas públicos de educação têm procurado superar a fragmentação curricular, organizando-se de forma temática, conforme proposta de Paulo Freire. Mas é preciso um passo a mais. A população no campo e na cidade vem buscando formas coletivas de enfrentamento da crise do mundo do trabalho. Mais do que se constituírem em temas geradores ou transversais, essas formas coletivas de organização deveriam ser tomadas como centros constitutivos da proposta educacional para que o conhecimento escolar pudesse consolidar outras formas de relação entre educação e trabalho, apontado para a construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social desses grupos (Kruppa, 2005).

A teoria do capital humano explica o modelo de educação que temos, que é centrado na competição e na individualidade, onde cada pessoa passa a ser responsável pelo seu sucesso profissional e, conseqüentemente, pessoal. Segundo Kruppa (2005), os teóricos do capital humano como "Theodore W. Shultz e Gary Backer que, baseados nos mesmos princípios da Teoria Marginalista", afirmam existir dois tipos de capital, o físico e o humano, onde ambos são passíveis de investimento, visando à produtividade e eficiência, ou seja, investir em educação para aumentar a produção objetivando um acúmulo de capital em menor tempo.

Podemos observar, na prática, essa manipulação no sistema escolar. O Banco Mundial, quando empresta dinheiro aos países "menos desenvolvidos", atribui uma espécie de obrigação aos países que receberão esse empréstimo, que é a implantação da ideologia de que "estudar garante emprego e renda", o que, de

certa forma, define um modelo que contemple desenvolvimento e escolaridade.

Em um primeiro momento, esses organismos propõem e induzem, com seu financiamento, determinadas formações técnicas para depois, influenciar projetos de escolaridade básica. Dessa forma, essa teoria econômica impulsiona um desenho interativo de forma e conteúdo escolares a serviço do capital (Kruppa, 2005).

Mas se a teoria do capital humano estivesse certa, as desigualdades diminuiriam ao invés de aumentar, como podemos observar, pois o século XX foi o período em que tivemos, aqui no Brasil, um aumento considerado de pessoas com um nível de escolarização maior, o que corrobora para mostrar que essa teoria não é totalmente verdadeira. Kruppa cita Singer e mostra que o país tornou-se campeão das desigualdades sociais.

[...] entre 1960 e 1970, cresceu acentuadamente o número e a proporção de diplomados no Brasil, enquanto a proporção de poucos instruídos diminuía. Não há nenhuma indicação de que a procura por curso superior tenha aumentado ainda mais do que sua oferta. O que, sem dúvida, aumentou no Brasil (assim como em outros países capitalistas) foi o "credencialismo", ou seja, a exigência de certificados escolares para a ocupação de posições elevadas (ou não) na hierarquia empresarial ou do serviço público. Há vinte ou trinta anos, quando o número de diplomados era muito menor, os mesmos cargos para os quais se exige hoje curso universitário eram preenchidos por pessoas que sequer tinham o colegial. [...] Langoni, estudando a repartição de renda no Brasil de acordo com estas características, verificou que são pobres não só os que têm pouca ou nenhuma escolaridade, mas também os que nasceram com o sexo "errado" (as mulheres ganham bem menos que os homens) e os que nasceram no lugar "errado" (na zona rural e não urbana, no Nordeste e não no Centro-Sul). Tomados em conjunto, escolaridade, sexo e lugar de nascimento "explicam" grande parte dos diferenciais de renda no Brasil. Obviamente, os pobres são vítimas do azar ou do seu desleixo em acumular capital humano. Em última análise, se a pobreza é uma situação pela qual muitos optam livremente, porque a riqueza não vale para eles o esforço ou os sacrifícios necessários para obtê-la, então a pobreza não deve ser tão terrível assim (Singer, 2001, p. 86-87 *apud* Kruppa, 2005).

Tendo esse cenário em mente, precisamos encontrar alternativas que deem conta das transformações do mundo do trabalho e, paralelamente, criar mecanismos que ajudem as pessoas inseridas nesse meio a sobreviver.

Ainda pensando sobre a importância da educação como promotora de transformações sociais, surge uma nova alternativa de economia pautada por princípios que buscam uma forma de organização social. Esta é comprometida com a valorização do conhecimento, habilidades, criatividade das pessoas, objetivando o seu bem-estar. Assim, buscam-se alternativas de trabalho e, conseqüentemente, de distribuição de renda mais justa e igualdade de gênero.

A educação é um elemento estruturante da prática da Economia Solidária. Nesse sentido, a educação não é um elemento agregado – de fora – nem é um elemento que possa ser descartado, em algum momento. É uma dimensão componente da Economia Solidária. Com metodologias adequadas, a educação acompanha os desafios das experiências de trabalho associado ou autogestionário (Nascimento, 2005).

A economia solidária "tem que entrar na educação, assim como fez a economia capitalista" (Kruppa, 2005), e que essa nova forma de produzir e reproduzir a vida seja pautada por valores como: igualdade de condições, respeito às diferenças (o que não quer dizer que ser diferente é ruim e muito menos gerar desigualdades), uma sociedade que tenha no seu ponto central relações democráticas, portanto, uma economia que vise à igualdade e a inserção de todos.

No ambiente escolar, podemos pensar que esse processo de transitar para o modo de vida da economia solidária poderá ser lento, mas é um movimento possível, e podemos observá-lo nos projetos recebidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como nos mostra Kruppa.

A Senaes vem respondendo a essa demanda numa perspectiva que busca situar a formação dos trabalhadores em processos de desenvolvimento local, propondo conteúdos e práticas educativas que contribuam para inserir as comunidades nessa outra forma de pensar o mundo do trabalho e a lógica da produção econômica, voltadas para a inclusão de todos os seres humanos. Os conteúdos dessas formações, se feitos articulados aos programas de elevação de escolaridade dirigidos a jovens e adultos, poderiam desencadear novas propostas educativas (Kruppa, 2005).

A SENAES criou, em 2005, o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). O objetivo desse projeto foi o de criar e desenvolver uma política de inclusão social, promovendo o desenvolvimento local onde residam populações e comunidades mais excluídas, visando à criação de trabalho e renda. A partir desse projeto, vimos surgir novos atores que foram os "agentes de desenvolvimento solidário", como Nascimento (*apud* Gadotti) assinala:

O profissional que atua nas comunidades e empreendimentos de economia solidária por meio de metodologias participativas de sensibilização, mobilização, formação de monitores ou multiplicadores, acompanhamento, apoio especializado, construção de redes e/ou arranjos produtivos articulados a estratégias de desenvolvimento local (ou com outra identidade territorial), permeadas pela economia solidária e autogestão (Nascimento, 2005, p. 62 *apud* Gadotti, 2009).

Graças a essas novas experiências e atores, podemos perceber uma nova dinâmica na divulgação e propagação do modo de vida permeado pela economia solidária. Vemos surgir, assim, o renascimento da educação popular no Brasil.

Portanto, não podemos falar da economia solidária sem falar da importante contribuição dada pela pedagogia da alternância, que propõe o construir e fazer juntos, respeitando e estimulando a autonomia dos educandos, valorizando assim, o conhecimento trazido dos educandos, o que fortalece o processo de ensino-aprendizagem.

Uma forma de observarmos, na prática, a importante contribuição trazida pela pedagogia da alternância é quando Gadotti nos mostra um relato de uma organização parceira, falando do significativo papel da alternância:

A importância da alternância foi reconhecida pelos participantes dos nossos cursos de qualificação social e profissional em economia solidária: segundo uma das organizações parceiras, ela permite a realização da sistematização das ideias e processos de compreensão. Não basta fazer, pensar, idealizar o que chega para ser estudado. É preciso que o sujeito consiga construir a sua ordem compreensiva e articule essa ordem nas atividades que vai realizar. Ao realizar esse processo de sistematização ela individualmente vai gerando sua sistematização, vai construindo seu saber. E como vivenciamos em rede, essa assimilação é dinamizada, pois os sujeitos entram em comunhão, como dizia o mestre Paulo Freire. Em rede, o novo conteúdo vai sendo instalado em todos os participantes, bem como a metodologia da alternância vai sendo afirmada como maneira pedagógica válida aos processos educativos, e sua repetição e aprimoramento certamente levará à instalação de uma cultura pedagógica da alternância (Brasil/MTE/IPF, 2008, p. 70 apud Gadotti, 2005).

Consideremos, ainda, Baierle (2005), que fez um estudo no Rio Grande do Sul sobre a educação popular e a economia solidária, mostrando que é possível uma nova educação. Uma educação popular pautada pelo modelo de vida abarcado pela economia solidária e comprometido com a “construção de um caminho social transformador”.

Diante de um mundo onde só o que tem preço tem valor, afirma-se o valor das pessoas, o prazer de fazer e aprender a fazer para o uso coletivo. Ao princípio básico da educação popular, da coincidência entre consciência e mundo como mostrou Paulo Freire, soma-se o princípio básico da Economia Solidária, de que a economia só tem sentido para servir aos cidadãos e não ao contrário. As iniciativas da Economia Solidária constituem-se, enquanto movimento de democratização e reapropriação, mediante processos participativos e educativos, de partes dos processos de produção, distribuição e troca. Um outro mundo é possível, as matrículas estão abertas! (Baierle, 2005).

3.2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ultimamente verificamos um número considerado de pessoas preocupadas com uma sociedade mais justa e igualitária e a economia solidária vai ao encontro desses ideais. Esses novos coadjuvantes, motivados pela nova forma de produção e consumo que tem como princípios o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, e o cuidado com o meio ambiente, veem, nesse cenário, uma oportunidade de trabalho, de renda e de sobrevivência.

Estamos entrando no terceiro milênio e faz-se necessária, também, uma conscientização sobre a ameaça ecológica, a escassez de alimentos e as más condições demográficas. Estes são pontos em que a economia solidária atua, mas ainda é uma nova forma de economia tímida e que não conseguiu obter o completo êxito.

A urgência em se fazer políticas voltadas para a igualdade de condições fica evidente, mas ainda não está completamente em foco. É constantemente adiada pela sociedade e seus representantes.

Segundo Singer, a Economia solidária foi idealizada nos alicerces de uma sociedade que não poderia continuar a ser dividida entre classe trabalhadora e classe dominante. Seu objetivo é "a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores)" (Singer, 2005), ou seja, todos os envolvidos nesse modo de produção, mas especificamente nesse modo de vida, são trabalhadores e, ao mesmo tempo, donos da sua força de trabalho e dos bens nela produzidos.

O funcionamento e o papel de cada participante dentro da economia solidária pautam-se pela democracia:

As relações sociais de produção, no interior da Economia Solidária, pautam-se pela praticada democracia na tomada de decisões. Todos, em princípio, participam delas, cada cabeça tendo um voto. O que requer que todos tenham pleno conhecimento do que se passa com a empresa, não podendo haver, obviamente, "segredo do negócio" (que marca as relações hierárquicas na empresa capitalista) (Singer, 2005).

A economia solidária também tem que estreitar sua ligação com a educação. Precisa "entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção

capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores" (Kruppa, 2005).

Não temos que negar a importância do conhecimento acumulado pela humanidade por meio da economia capitalista. Porém, a cultura das especializações dificulta a comunicação entre as pessoas, fazendo com que se isolem em seu conhecimento. Precisamos fazer aflorar os novos saberes, por mais que se tenham e sejam necessários os especialistas, as suas relações com os não especialistas têm que estar pautadas pela multidisciplinaridade, fazendo com que o saber, numa perspectiva mais total, seja compartilhado.

O grande desafio pedagógico dentro da economia solidária, segundo Singer (2005), seria mostrar às pessoas que foram educadas no modo capitalista de produção, pautado pela concorrência, competição, e desigualdade entre os gêneros, que existe uma nova forma de economia pautada pela cooperação e muitas vezes pelo afeto ao próximo. Segundo o autor, essa reeducação seria necessária, uma vez que algumas pessoas nascem e crescem nesse modo de produção, perpetuando a competição.

A economia solidária é aprendida na prática, pois o comportamento cooperativo é baseado em uma nova visão de como o mercado pode funcionar, onde a tomada de decisão é coletiva e essa nova situação deve ser vivenciada para poder ser vista como possível. Segundo Singer:

Os que se formam no capitalismo, sobretudo em sua forma exasperadamente liberal (da qual os EUA me parecem o exemplo mais acabado), são postos em situações de competição desde a infância, na família e na escola. Aprenderão desde cedo de que os indivíduos são desiguais: alguns são fortes, inteligentes, esforçados, enquanto outros são fracos, burros e preguiçosos. Na luta pela vida, os primeiros serão os vencedores e os últimos os perdedores. Aprenderão também que só pela competição os vencedores obtêm a recompensa material que lhes permite aplicar seus dotes a favor do bem comum. A humanidade progrediria porque a competição premiaria o mérito dando-lhe o poder de liderar e mandar e condenaria o demérito à subordinação. Da competição nasceria a meritocracia e desta o progresso (Singer, 2005).

Quem nasce no meio em que a economia solidária prevalece já sabe que o comportamento pautado pela ajuda mútua é natural. As pessoas diferem umas das outras por estarem inseridas em ambientes educativos diferentes. Mas, por mais que existam essas diferenças, ninguém é melhor ou pior. Partindo dessas premissas, essas pessoas educadas dentro do modo de produção solidária veriam que não é natural existir as desigualdades econômicas, sociais e de gênero, pelo contrário, conseguiriam enxergar que isso é fruto de injustiças e que pode ser

abolida pela prática solidária e pelo respeito às diferenças.

No Brasil, a economia solidária representa uma alternativa realmente possível ao capitalismo, pois quando não concordamos ou estamos em desacordo com os modos de produção capitalista, nos unimos, buscando solucionar os problemas ou propor alternativas, através de laços de solidariedade e juntos cooperamos em prol de uma conquista (Singer, 2005).

Singer (2005) acredita que a economia solidária surge em função da discrepância do modo de vida capitalista, onde temos um grande acúmulo de capital na mão de poucos e, como consequência, uma desigual distribuição de renda. A maioria não tem acesso aos meios empregados pelo Estado para alcançar a qualidade de vida e nem aos meios de produção. Assim, surgem novas formas de economia que conduzem uma mudança no cenário econômico e social do país. De certa forma, isso facilita a nossa condução e pensamento na viabilização de outras formas de economia, não mais centrada em dominador e dominados, opressores e oprimidos e, sim, em pessoas cooperando entre si, buscando igualdade de condições, não sendo mais viável e aceito o poder único e suas facetas. Há uma facilidade de nos adequarmos ao novo modo de produção e, como exemplo disso, temos o modo como nos organizamos quando nos sentimos muito reprimidos.

Esses últimos são os dominados e, quando agem, voltam-se contra os dominadores, que detêm o poder e a capacidade de reprimir tais tipos de ação e sancionar quem se atreve a tentá-los. A principal arma dos que desafiam a ordem vigente (como os grevistas, por exemplo) e que lhes oferece alguma perspectiva de sucesso é a união entre todos, ou seja, a solidariedade. Por isso, a solidariedade é ensinada aos fracos e subalternos pela vida que levam e pelas empreitadas em que se engajam. Isso vale também para os pobres, que só conseguem sobreviver graças à prática consistente da ajuda mútua, modalidade essencial da solidariedade. É a vida que ensina aos mais fracos, os social e economicamente debilitados, o valor, na verdade, a imprescindibilidade da solidariedade (Singer, 2005).

Interessante nesse momento entender o que é solidariedade democrática. A solidariedade está baseada na troca, onde todos podem dar, receber e retribuir, o que não obriga o participante desse tipo de economia a se prender ao outro participante e, sim, dar oportunidade de quem recebeu poder retribuir e, com isso, o movimento acaba, naturalmente, se tornando cíclico.

A solidariedade nada tem a ver com a piedade. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola e a piedade não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. A solidariedade implica não apenas sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos, com o outro. Por isso, a solidariedade precisa ser emancipatória. Emancipar, etimologicamente, significa "tirar as mãos de". Não basta "sofrer

com”, é preciso “estar com”, compartilhar. É exatamente o que Paulo Freire (1981) afirmou na dedicatória de seu livro mais conhecido, *Pedagogia do oprimido*: “aos esfarrapados do mundo e àqueles que com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Gadotti, 2009).

A partir de Gadotti (2009), Singer (2005) e Kruppa (2005), podemos analisar alguns elementos que fizeram aflorar um modelo de economia que visa o comércio justo, a sustentabilidade a cooperação, a igualdade de gêneros e outros.

A economia popular impulsionou várias mudanças no âmbito econômico e social de algumas comunidades, movimento este iniciado pelos primeiros educadores populares comunitários latino-americanos. Gadotti nos diz que Paulo Freire ficara entusiasmado com esse novo modelo de economia. Em uma carta enviada a Gadotti, demonstrava todo o seu entusiasmo e preocupação:

O educador Paulo Freire ficou entusiasmado com o resultado da discussão e das propostas que havíamos feito e nos escreveu uma carta para introduzir o documento final do nosso Programa Latino-Americano de Economia Popular e Educação Comunitária (Gadotti, 2004, p. 199-200) na qual afirma que a economia popular “representa algo novo e esperançoso para o futuro da educação popular da América Latina” e para uma “nova ordem econômica mundial”. Ele nos chamou a atenção para um ponto importante da metodologia do novo programa: “considero que a partir de uma nova prática econômica teremos que elaborar uma teoria do conhecimento que fundamente e fortaleça uma vida cada vez melhor para os setores populares”. Paulo Freire manifestava uma preocupação com a **sistematização** [*grifo do autor*] das práticas e nos indicou os nomes de Oscar Jara, da ONG Alforja (Costa Rica) e Sérgio Martinic, do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (Cide), do Chile, para nos ajudar nesse trabalho (Gadotti, 2009).

Gadotti fala ainda que, lenta e gradualmente, conseguiram incorporar outras expressões e ideias ao projeto inicial. A exemplo disso, encontramos a economia-da-dádiva:

A **economia da dádiva** [*grifo do autor*] (gift economy) é aquela baseada numa ação que não visa a qualquer forma de recompensa. Ela é inteiramente gratuita e implica, segundo Noëlle Lechat e Valmor Schiochet (in Cattani (org.), 2003, p. 85), “a existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional”. No fundo, a única obrigação de quem recebe uma dádiva é retribuir na mesma medida (Gadotti, 2009).

Um conceito muito próximo do conhecido como solidariedade democrática. A dádiva se baseia nas doações de forma recíproca, onde o dar, o receber e o retribuir se classificam como indicadores da autogestão.

A dádiva, então, configura-se como sendo uma espécie de fundo monetário

(a expressão “fundo monetário” não possui somente aspectos financeiros), ao qual as pessoas recorrem para ter e proporcionar às outras melhor qualidade de vida.

A economia popular, quando trabalhada com a lógica da reprodução e visando somente a sobrevivência, acaba por sustentar o capitalismo, pois sua heteroformação acaba por dificultar sua inserção no modelo de economia solidária. Assim, temos que propor ações de inserção desse tipo de economia nos modelos de economia solidária. A economia popular apresenta um leque de práticas econômicas, algumas objetivando a solidariedade, outras se assemelhando a ilegalidade e a contravenção, mas algumas práticas visam exclusivamente à sobrevivência. A economia popular ancorada pelos princípios da legalidade e honestidade se expressa como uma forma significativa de participação na busca de direitos relacionados à cidadania e o "envolvimento com questões de interesse social" (CAMP, Caderno Economia Solidária, 2006).

Assim, tanto a economia popular quanto a economia solidária possuem um caráter comunitário e muitos de seus participantes passam ou passaram por situação de desemprego. A economia solidária se moldou como uma forma de luta contra as condições precárias de vida, consequências do modelo de produção capitalista, que tem como pilar reforçar as desigualdades e viabilizar a distribuição de renda de modo desigual. Deste modo, surgiram novos personagens que lutavam e lutam por uma integração social pelo viés do trabalho e se organizam em torno de seus direitos de cidadãos.

Desta forma, podemos entender como foi o processo de idealização e concretização das investidas que se alicerçam no modelo de economia solidária. A solidariedade tem como proposta o envolvimento de todos, com responsabilidades, direitos e deveres sendo distribuídos igualmente. Todos participam das tomadas de decisão e se envolvem com o trabalho, têm comprometimento com o coletivo, valorizam o conhecimento trazido pelos outros e, por fim, se comprometem com uma distribuição de renda justa e com o consumo solidário. Essa proposta configura-se como um dos alicerces da economia solidária.

Outro alicerce seria a autogestão, uma forma de condução do empreendimento solidário, em que todos participam das tomadas de decisão, não importando o cargo que ocupam. Todos participam e decidem coletivamente. O importante nessa prática é que todos se envolvem com o empreendimento. Como afirma Gadotti:

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva (Gadotti, 2009).

Temos também o campo da experimentação da autogestão, um rico espaço de descobertas e aprendizado.

O que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural (Xavier, 2008, p. 19 *apud* Gadotti, 2009).

Ainda sobre a importância da autogestão consciente dentro da economia solidária, Verardo afirma que:

Autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. A autogestão caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem. Em outras palavras, autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso à informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc. (Verardo, 2005).

Assim, a autogestão se configura como um movimento onde todos os que participam desse modelo de gestão tornam-se responsáveis pela empresa, participam de todos os processos empregados pela mesma, cooperando entre si de forma somativa, visando compreender e saber administrar o empreendimento.

Para ser possível este tipo de gestão é necessário que todos os participantes sejam estimulados a participar das tomadas de decisão, que sejam influenciados por atitudes regadas de solidariedade e igualdade e que acreditem em seus potenciais. Para isso, é necessário que os participantes sejam arraigados por informações e tenham uma postura política no envolvimento com o empreendimento.

O cooperativismo tem uma grande importância na organização da economia solidária, pois se configura como um terreno da experimentação, onde será posto em prática a autogestão. Para isso, princípios como igualdade e solidariedade têm de estar enraizados nestes espaços.

Baptista mostra o ponto de vista de Singer sobre o cooperativismo e nos mostra que esse modelo de gestão, se caracteriza principalmente pelas relações de cooperação, perseguindo, assim, um modelo de "gestão democrática" e que "se faz representar pelo modelo de autogestão" (Singer *apud* Baptista, 2013).

O cooperativismo significa, portanto, o exercício dos princípios fundamentais de igualdade e da autogestão em prol da composição de alianças e estratégias que visam a reduzir a pobreza e a exclusão social. Reflete, ainda, um movimento que pretende articular-se também com os movimentos populares, instâncias governamentais e internacionais, que visem ao resgate do exercício pleno da cidadania (Singer, 2003 *apud* Baptista, 2013).

A economia solidária tem que ser aprendida, pois somos educados dentro do sistema capitalista em que o padrão é a competição e o individualismo. Devemos substituir esse padrão por uma visão centrada na cooperação, na justiça social, com produção e o consumo alicerçados pela ajuda e envolvimento de todos, e todo esse movimento tem que estar ancorado pela solidariedade. Este modelo de economia tem como foco a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente.

Gaiger (2003) traz um posicionamento interessante sobre como a economia solidária poderá dialogar com a economia capitalista sem se influenciar e sem perder o seu caráter social.

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social (Gaiger, 2003).

A partir de Gadotti (2009) e Gaiger (2003), vemos que muitos são os desafios da economia solidária, mas também, segundo Gadotti, existem várias propostas de solução para superação desses desafios. Uma dessas propostas seria que o Estado começasse a implantar o sistema de comércio justo, onde o poder público pudesse privilegiar esses empreendimentos solidários. Outros desafios que aparecem mais frequentemente apontados nas redes de economia solidária, ainda segundo o autor, seriam:

[...] o desafio da economia solidária de se organizar de forma autônoma, de mostrar, na prática, que somos capazes de produzir autonomamente, sem nos relacionar com um patrão que nos dá ordens;
 o desafio de potencializar os empreendimentos solidários, já que muitos ainda não estão trabalhando em rede;
 o desafio de compartilhar responsabilidades, sobretudo no campo do financiamento dos empreendimentos (cofinanciamento).
 O financiamento não se limita apenas aos recursos financeiros, já que nosso “capital” é constituído também de experiências, tecnologias, culturas, saberes, competências e habilidades. O saber também deve ser visto como uma tecnologia. A tecnologia não é apenas uma ferramenta. Nesse sentido, a própria qualificação poderia ser vista como uma tecnologia (Gadotti, 2009).

Assim, muitos são os desafios a serem enfrentados, mas, nem por isso, deixa de ser uma economia possível e uma alternativa ao modo de vida e produção capitalista.

Não há uma única economia solidária. Partindo dos mesmos princípios, a economia solidária manifesta-se de muitas formas. Muitas dessas práticas traduzem concepções diferentes de economia solidária: “podemos dizer que o conceito de economia solidária carrega hoje, no Brasil, um caráter polissêmico. Poderíamos, então, falar não de uma concepção, mas de concepções” (FBES/Chantier, 2008, p. 12). Em todas elas, porém, alguns princípios são comuns, tais como, as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a economia solidária como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital.
 Certamente um “outro mundo possível” não é um mundo único. Não podemos cair na armadilha do pensamento único. Nosso “outro mundo possível” é formado de muitos mundos (Gadotti, 2009).

3.3. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A economia solidária foi apresentada como capaz de promover mudanças sociais ao romper com as bases da economia capitalista, modo tradicional de economia que se perpetua pregando dominação e opressão como naturais. A violência contra as mulheres também pode ser entendida como fruto do modelo econômico tradicional, que é um dos responsáveis por criar a relação de dominação entre os gêneros, perpetuando esta como natural.

3.3.1. A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA SOCIEDADE ATUAL

O fenômeno da violência contra a mulher pode ser visto como cultural, uma

vez que premia em nossa cultura a superioridade do homem em relação à mulher, mas entendemos aqui que a violência não é algo natural do ser humano e, sim, um comportamento aprendido e internalizado.

Os conflitos relacionados ao sexo masculino e feminino nos fazem pensar em suas causas e possíveis motivações, uma vez que as relações humanas sempre tiveram uma estreita ligação com a violência. Oliveira (2010) nos mostra que não se pode deixar de analisar os aspectos sociais e culturais envolvidos no fenômeno estudado:

O fenômeno da violência, na modalidade ora estudada, pode ser explicada como uma questão cultural que se situa no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força de dominação e potência contra as mulheres, sendo essas dotadas de uma virilidade sensível. Dessa forma, as violências física, sexual e moral não ocorrem isoladamente, visto que estão sempre relacionadas à violência emocional. Linda Gordon, *apud* Heleieth I. B. Saffioti, afirma que a violência não é expressão unilateral do temperamento violento, ela origina-se conjuntamente no seio familiar, ou seja, é formada por elementos que emanam do próprio pensamento social. É fato que a violência de gênero, como fenômeno social, encontra-se presente em todas as classes e "tipos" de cultura. Nesse ponto, faz-se mister destacar o conceito de cultura, assentado por Edward Tylor *apud* Roque de Barros, *in vebis*: "[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (Oliveira, 2010).

Só a partir de 1980 que, no Brasil, o termo violência contra a mulher ganhou visibilidade e o estudo começou a ser inserido na literatura. Nesse período, o país passava pelo processo de redemocratização e, conseqüentemente, modificações no âmbito político, o que contribuiu para o surgimento de movimentos, em especial o de mulheres que se mobilizavam para lutar contra a violência que muitas delas sofriam. Santos e Izumino (2005) trazem o tema, mostrando-nos que o combate à violência só é possível se existir intervenções jurídicas, psicológicas e sociais.

Um dos principais objetivos do movimento é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. Uma de suas conquistas mais importantes são as delegacias da mulher, as quais ainda hoje se constituem na principal política pública de combate à violência contra as mulheres e à impunidade (Santos & Izumino, 2005).

Ainda segundo Santos e Izumino, quando fizeram um estudo sobre as primeiras aparições do tema na literatura, concluíram que a questão da vitimização não foi abordada, pois o objetivo dos primeiros estudos era o de denunciar a violência contra as mulheres com base nos perfis traçados e caracterizados pelas vítimas. As autoras caracterizam, assim, três correntes teóricas sobre o tema:

Primeira, que denominamos de *dominação masculina* define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de *dominação patriarcal*, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de *relacional*, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (Santos & Izumino, 2005).

A partir de 1990, os novos estudos começam a inserir o termo vitimização juntamente com a questão do gênero. Gênero entendido como "construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres, passa a ser utilizado para se compreender as complexidades da queixa" (Santos & Izumino, 2005).

A desigualdade nas relações entre homens e mulheres não é justificada e nem introjetada em nossa cultura pelo viés do gênero, mas, sim, é fruto de um processo cultural ao qual fomos expostos, resquícios de uma sociedade construída com base em princípios patriarcais capitalistas.

Não é uma tentativa de justificar ou aprovar a questão da violência contra a mulher ou contra o gênero e, sim, uma tentativa de entender o processo pelo qual a humanidade passou, até chegar ao entendimento que muitas pessoas têm sobre o tema, como se fosse uma coisa quase que natural.

A ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema, socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao “poder do macho”. A violência contra as mulheres resulta da socialização machista. “Dada sua formação de *macho*, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como *natural*” (Saffioti) (Santos & Izumino, 2005).

Com esses novos estudos e com essa versão do quase que natural sobre a violência contra a mulher, vemos surgir uma necessidade de mostrar para essas mulheres vítimas de violência que o acesso a Justiça é algo verdadeiro e não ideológico e que o exercício da cidadania é uma forma de combate ao problema.

O termo vitimização é utilizado e compreendido no presente trabalho como uma forma de sensibilizar as autoridades para a questão da violência praticada contra as mulheres. Não será discutida a questão do engessamento do termo, relacionando-o à questão da passividade da mulher sobre sua condição.

O conceito de patriarcado é entendido aqui como o poder exercido pelo

homem em relação à mulher e aos filhos, subjugando a mulher perante suas vontades e desejos. Assim, compartilhamos da opinião de Silva [1] (2010) quando ela cita Saffioti:

Patriarcado é, portanto, como apresentado por Saffioti, uma máquina que tem como base o controle e o medo. Ele não é um ser que tenha vida própria, é, sim, um conjunto de procedimentos sociais, configurados em poderes, criados nas relações desiguais entre as pessoas, subjugando as mulheres e, muitas vezes, as colocando em situações de violência (Silva [1], 2010).

Assim, segundo Silva [1] (2010), a violência contra a mulher acaba sendo legitimada pelo viés histórico, uma vez que essa manutenção do sentimento de poder do homem sobre a mulher é perpetuado pela história. Como exemplo dessa situação, podemos pensar na forma com que muitas mulheres são educadas, para casar, ter filhos e ter alguém que as sustente. Neste movimento, podemos verificar que a educação ficou em segundo plano. Quando essas mulheres iniciam suas tentativas de irem para o mercado de trabalho, estão em déficit em relação aos homens que tiveram oportunidades de se prepararem para ocuparem os melhores cargos. O que muitas vezes serve de mola propulsora para a violência doméstica, pois o sentimento de posse introjetado por esses homens aflora em forma de violência. Não estamos generalizando, estamos fazendo um recorte histórico dessa situação. Infelizmente, ainda hoje, observamos que apesar de termos uma quantidade significativa de mulheres neste universo de escolarização, os números mostram que os cargos de chefia ainda são em sua maioria ocupados pelos homens. Como podemos modificar essa realidade?

Vivenciamos uma divulgação nos meios de comunicação e escolar de uma falsa igualdade entre os gêneros, o que dificulta uma mobilização massiva em busca de mudanças e de igualdade de condições. Silva [1] (2010) fala sobre isso em seu estudo sobre violência contra a mulher, nos mostrando que existe o mito da não violência, o que ajuda a ocultar a violência. Para ela, a sociedade brasileira tem interesse em manter essa ocultação e fazer fluir essa ideia de não violência na sociedade. Uma vez que o mito deriva de vários motivos como: a industrialização, os baixos salários, a falta de emprego, o aumento da miséria, e esses são apenas alguns fatores que contribuíram para intensificar e disseminar essa ideia da falsa igualdade. Auad nos apresenta algumas alternativas para revertermos esse quadro:

É preciso que sejam ensinados na escola e nos cursos universitários temas sobre os direitos da mulher. Porque sem conhecimento fica mais difícil

enxergar o que está errado. É preciso promover estudos e modificações das leis e das políticas públicas nacionais, com o objetivo de identificar as discriminações sexual e étnica e explicar que a violência contra a mulher representa um comportamento criminoso. Porque sem leis adequadas não se pode fazer justiça! É preciso uma rede de advogadas (os) voltadas (os) para a defesa gratuita de mulheres vítimas de violência. Porque sem defesa fica mais difícil fazer valer os direitos! É preciso adotar medidas para promover a educação da comunidade. Porque não é só quem está na escola que precisa aprender um monte de coisas importantes! É preciso criar condições para que as mulheres participem plenamente de todas as esferas da sociedade. Porque lugar de mulher é em todo lugar! É preciso adotar medidas especiais para eliminar o tráfico de mulheres, porque mulher não é mercadoria nem moeda de troca. Enfim, é preciso denunciar todo e qualquer ato de violência. Mesmo "só" um tapinha do marido "na hora da raiva" não deve ser tolerado, porque onde passa boi, passa boiada. E quem acha normal hoje ser xingada vai achar comum ser espancada (Auad, 2003, p. 82 *apud* Silva [1], 2010).

Assim, podemos verificar que o caminho a ser percorrido para alcançarmos a igualdade de condições é longo, mas estamos nessa direção quando vemos as leis e o interesse por parte da academia sobre o tema.

3.3.2. LEI MARIA DA PENHA

Como um dos desdobramentos decorrentes de movimentos sociais que buscam a igualdade de condições e a abolição dos mecanismos de opressão, vemos surgir a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada "Lei Maria da Penha".

O efeito da violência doméstica e familiar contra a mulher, decorrentes de maus tratos, humilhações, agressões físicas, sexuais, morais, patrimoniais e psicológicas, é, sem dúvida, devastador para sua autoestima, sem falar no medo vivenciado cotidianamente, temor aterrorizante causador de insegurança e instabilidade, agravados pelo fato das vítimas nunca saberem a razão capaz de desencadear nova fúria dos agressores e na vergonha que passam diante de familiares, vizinhos, amigos e conhecidos. Essa situação provoca ansiedade, depressão, dores crônicas, dentre outras moléstias. Estando tal quadro instalado, necessária se faz a intervenção do Estado, por meio de efetivação de políticas públicas adequadas, com mecanismos de discriminação positiva ou de ações afirmativas, capazes de reduzir a tragédia da violência de gênero, fim a que se destina a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (Brasil, 2007, Cartilha Lei Maria da Penha).

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, em 1983 sofreu de seu marido, um professor universitário, duas tentativas de assassinato. Em decorrência das lesões às quais foi submetida, ficou paraplégica. Exatos nove anos depois do ocorrido, seu agressor foi condenado à prisão, ficando lá por apenas dois anos.

Desde então, Maria da Penha é líder do movimento de defesa dos direitos das mulheres. Graças aos esforços e exposição dessa mulher, foi sancionada a Lei Maria da Penha, que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal[...]

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial[...] (Brasil, 2006).

A Lei faz com que a violência contra a mulher seja tratada de forma mais inflexível, abolindo, assim, a prática de condenar o agressor a penas brandas, como a distribuição de cestas básicas ou multa. Outro ponto positivo na Lei é fazer com que a violência considerada não se restrinja apenas ao campo sexual ou físico mas, também, psicológico, moral e patrimonial.

Esses avanços no campo educacional e jurídico ainda não se caracterizaram como suficientes para coibir e erradicar a violência sofrida pelas mulheres. Precisamos pensar em mecanismo que ajudem a modificar a cultura, repensando, assim, os papéis sociais na construção do masculino e do feminino e sua relação com a violência. Só assim poderemos averiguar se a sociedade está realmente comprometida a alcançar a igualdade de gênero. Kruppa (2005) em seu estudo sobre autogestão em Catende, faz uma analogia sobre o processo de conscientização das mulheres em relação a sua subalternidade e ao processo de libertação do trabalhador de um sistema opressor.

Por que as mulheres são submissas? Entre outras razões, porque elas não podem falar sobre a opressão, considerada como parte de um ethos que normatiza o direito dos homens, impedindo que as mulheres, inclusive, percebam a importância de seu papel no processo de produção da família. Mas é fato que, se por algum motivo as mulheres passam a falar sobre seu vivido, elas rapidamente se aproximam da libertação desse julgo. Isso porque as mulheres têm, num sentido prático, a visão de totalidade do cuidar da família e da casa. A divisão do trabalho nas tarefas domésticas, entre homens e mulheres, ainda é processo recente. Cabe à mulher cuidar dos velhos, das crianças e fazer com que o dinheiro cubra as despesas. Nessas múltiplas tarefas, a mulher aprende a administrar o tempo e os recursos disponíveis. Só que ela não pode nomear esse fato. A sociedade ainda dá ao homem o papel de administrador dos bens. Formalmente, é ele quem administra o dinheiro e as coisas. Dessa maneira, o que é falado e ainda considerado como "natural" na sociedade não corresponde, de certa maneira, ao que ocorre na casa. Quando a mulher pode falar sobre sua situação, ela percebe e nomeia essa contradição. Nomeando a opressão, ao

mesmo tempo, a mulher cria alternativas e está a um passo de rebelar-se e de concretizar seu grito de liberdade (Kruppa, 2005).

Nessa analogia, ela tenta mostrar como as mulheres começam a questionar e intervir em sua condição de subalternidade e, a partir, daí começam as transformações. Assim, a economia solidária, pautada por seus princípios, ajudaria a mulher em "seu grito de liberdade".

4. METODOLOGIA

Com o estudo bibliográfico, foram aprofundadas questões relacionadas às ONGs, à economia solidária, à violência contra a mulher e à Educação. Desta forma, será possível analisar a Associação de Mulheres Empreendedoras (AME), uma OSCIP de Brasília, Distrito Federal, sob a perspectiva da pesquisa-ação, que será apresentada como relato de experiência.

O método da pesquisa-ação foi escolhido por ser um modelo capaz de integrar o pesquisador e o grupo pesquisado e também uma maneira de associar a teoria e a prática. Muitas são as definições de pesquisa-ação, mas, segundo Dionne (2007), todas as definições convergem em cinco importantes dimensões, que são: fortalecer a relação entre teoria e a prática; favorecer alianças e comunicações entre pesquisadores e atores; perseguir um duplo objetivo de conhecimentos a desenvolver (pesquisa) e de situações a modificar (ação); produzir um novo saber na ação e para ação; e inserir-se em um processo de tomada de decisão com vista à resolução de problema.

Assim, a pesquisa-ação nos mostra que não é possível fazer uma pesquisa desassociada da ação. Esse tipo de pesquisa tem uma metodologia coletiva, onde as discussões fluem melhor, ou seja, através do diálogo é que poderemos intervir na realidade vivida no campo de investigação e ao mesmo tempo conseguiremos produzir conhecimento para transformar essa realidade.

A pesquisa-ação necessita de um rigor metodológico, como afirma Dionne. "Centrada em uma ação particular, a pesquisa-ação requer um procedimento empírico rigoroso. A pesquisa de campo é um aspecto essencial de qualquer abordagem da pesquisa-ação" (Dionne, 2007).

Quando Barbier (2007) fala sobre a pesquisa-ação integral de André Morin, cita, também, a necessidade de ser mantido o rigor metodológico e faz apontamentos que são necessários a esse tipo de pesquisa, que não serão citados aqui, por não ser interessante neste momento. Segundo Barbier, "trata-se de um tipo de pesquisa por, para, sobre e – sobretudo – com os atores, amplamente implicacional, sem excluir o rigor metodológico" (Barbier, 2007).

Assim, a pesquisa-ação tem que manter um rigor metodológico. Tendo em vista essas informações, será apresentado um relato de experiência com o local da pesquisa, as observações realizadas, resultados e as análises feitas a partir das

anotações do diário de bordo, criado durante a pesquisa-ação, do referencial teórico e do estatuto da AME.

A coleta de dados foi realizada por meio de:

- rodas de conversa mantidas com as três funcionárias diretas da ONG (que também possui uma diretoria e vários voluntários e parceiros), sendo que as três são mulheres jovens, entre 22 e 29 anos, uma formada em Direito, outra formada em Pedagogia e a última, mais nova, pretende cursar Administração;
- contatos telefônicos, ocorridos durante o processo de elaboração e formação do curso de informática básica, com mulheres atendidas pela instituição, sendo que a maioria dessas mulheres é de baixa renda, algumas vítimas de violência, todas moradoras do Distrito Federal e Entorno;
- além de observações feitas e documentos disponibilizados pela associação.

5. RELATO DE EXPERIÊNCIA

5.1. LOCAL DA PESQUISA

A Associação de Mulheres Empreendedoras (AME) é uma OSCIP localizada shopping Brasília Shopping, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e o tempo de atuação é indeterminado.

Tem como finalidade apoiar e estimular políticas de participação da mulher no mercado de trabalho empresarial, postos de trabalho e na ocupação do poder político institucional e outros. Seu público-alvo são mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência doméstica, moradoras das cidades do Distrito Federal e entorno.

A AME foi criada em 19 de abril de 2004 pela empresária Cristina Boner e um grupo de mulheres (que tinham sucesso profissional) compromissadas com a valorização da mulher e dispostas a estimular sua participação na sociedade civil. O estatuto atual (ver ANEXO I) é de 2010.

A associação oferece cursos de capacitação profissional, com o objetivo de facilitar a inserção da mulher no mercado de trabalho e conseguir, dessa maneira, a sua emancipação. Assim, a AME tem como compromisso "promover oportunidades às mulheres visando à busca de igualdade social e cultural entre homens e mulheres, bem como difundir os negócios coordenados pelas mulheres" (AME, 2013).

No decorrer das atividades desenvolvidas pela AME, foi percebido que muitas das participantes se encontravam em situação de violência doméstica e familiar, o que se tornou um grande impedimento para as ações realizadas pela OSCIP.

Nessa perspectiva, a AME chegou à conclusão que era necessário repensar suas ações e decidiu que iria propor um projeto que acolhesse e auxiliasse essas mulheres que passavam por essa situação crítica. "Com isso, a AME entendeu ser primordial auxiliar as mulheres nesse momento tão crítico de sua vida e criou o Projeto AME – Maria da Penha. Dessa forma, amplia o seu campo de atuação e reforça a rede de proteção e atendimento às vítimas de violência doméstica e

familiar do Brasil, além de informar a sociedade sobre as condições e os direitos das mulheres" (AME, 2013)

Os compromissos da AME giram em torno dos direitos humanos, do trabalho, meio ambiente, combate à corrupção, ajudar na criação e implementação de leis e de políticas públicas que beneficiem as mulheres.

São compromissos da AME:

Compromisso com a Sustentabilidade Institucional:

A AME é signatária do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) que estabelece 10 Princípios vinculados aos Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Além disso, trabalha para estimular as demais empresas e organizações parceiras a aderirem à causa.

Realiza parcerias estratégicas que possibilitam o desenvolvimento de ações de acolhimento e capacitação das mulheres. A Instituição promove ainda atividades voltadas a captar recursos e fortalecer a prática da solidariedade entre diretor@s, voluntári@s e parceir@s da AME.

Compromisso com os Direitos das Mulheres:

Desde 2010 a AME possui assento no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.

A AME realiza advocacy para criar, implementar e aprimorar legislação e políticas públicas em prol das mulheres, além de realizar controle social.

Compromisso com o futuro do Brasil e do mundo:

A AME estimula que as empresas assumam o compromisso público de colocar em prática os Princípios de Empoderamento das Mulheres – criados pela ONU Mulheres e o Pacto Global – voltado para desenvolver políticas que promovam a equidade de gênero e ascensão das mulheres no local de trabalho, no mercado e na sociedade.

A adesão das empresas ao Pacto Global da ONU também faz parte da nossa estratégia de fortalecimento da prática da sustentabilidade.

A Rede AME Sustentabilidade desenvolve ações para fortalecer a prática de ações de responsabilidade socioambiental e o fortalecimento da equidade de gênero em todo setor produtivo do Brasil.

Seu Compromisso com os Direitos das Mulheres:

A AME conta com a sua parceria para criar e fortalecer a implementação da legislação e políticas públicas em prol das mulheres (AME, 2013).

Assim, a associação tem como foco promover a valorização pessoal e profissional das mulheres, objetivando sua inserção no mercado de trabalho, facilitando a busca de seus direitos e, como consequência, contribuir com o alcance da independência financeira e social das mesmas.

Para isso, a AME proporciona cursos com foco na capacitação profissional e no estímulo à prática do empreendedorismo. Quanto as mulheres vítimas de violência, a AME trabalha na perspectiva de acolher e empoderar essas mulheres "por meio do acesso aos serviços psicossociais, jurídicos" (AME, 2013) e os citados anteriormente.

A OSCIP conta com dezessete sócias-fundadoras e possui um espaço físico

relativamente bom, que abriga, em média, 22 mulheres por turma para os cursos de capacitação profissional, dispondo de banheiros, copa e uma área social, onde as alunas dos cursos participam de *coffe breaks* promovidos pela associação. O seu quadro de funcionárias é composto por três colaboradoras diretas.

Em 2012, a associação assinou um memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

No documento, a associação se compromete publicamente a desenvolver e contribuir com atividades no Brasil em três áreas: promover os direitos das mulheres; fortalecer o empreendedorismo e a independência financeira das brasileiras de baixa renda; e desenvolver ações conjuntas para oferecer oportunidades para mulheres em situação de violência doméstica e vítimas de violência urbana (AME, 2013).

Só recentemente AME adquiriu o título de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), podendo expandir ainda mais as suas ações para fora do seu espaço físico. Ainda neste sentido, a associação ajuda outras ONGs no planejamento e execução de cursos que visam capacitar mulheres e, principalmente, mulheres vítimas de violência.

Com nove anos de existência a AME conseguiu fazer um trabalho expressivo junto à comunidade que ela atua. Como a OSCIP está passando por uma reestruturação no seu estatuto, não pude ter acesso ao número de mulheres que participaram dos projetos desenvolvidos pela associação. Mas as funcionárias da associação falaram que mais ou menos três mil mulheres já passaram pelos cursos oferecidos.

Atualmente, a OSCIP está oferecendo o curso de informática básica e bordado para mulheres com idades entre 18 e 65 anos. Não é a associação que determina a idade das mulheres mas, sim, a procura por parte da comunidade.

O curso de informática básica tem duração de um mês, com três aulas por semana de três horas e meia cada. O curso ocorre na sede na associação. Cada turma tem em torno de 18 alunas. Atualmente, a AME está estudando uma proposta realizada pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília, cuja coordenadora é uma das sócias fundadora da associação. A AME e o CDT pretendem formalizar um acordo de cooperação técnica, sem recursos financeiros, onde a UnB disponibilizaria o espaço físico e a ONG os professores dos cursos. O CDT tem um histórico de desenvolvimento e apoio a projetos sociais, sendo que em 1989 foi criada a sua "Multincubadora de empresas" e, em 2005, após a formalização de parceria com o Ministério de Ciência

e Tecnologia, foi elaborado um plano de negócio para a Incubadora Social e Solidária (Carvalho, 2007, p. 4).

Particpei do processo de elaboração e formação do curso de informática básica. Em um dos objetivos do curso, percebi que a preocupação de preparar as alunas participantes para se inserirem ou se manterem no mercado de trabalho estava bem presente. Quando tentávamos fechar a turma do curso, através do contato pelo telefone com as mulheres que se cadastraram, percebemos que as expectativas delas se pautavam na possibilidade de inserção profissional ou na conquista de um emprego cuja remuneração fosse melhor que a vivenciada por elas naquele momento.

Com relação ao curso de bordado, atualmente o mesmo é um projeto de parceira entre a AME e a Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS) que possui quatro núcleos para o Atendimento Multidisciplinar a Vítimas de Violência (Pró-vítima). Esse é um projeto criado em 2007, que oferece atendimentos psicossocial e jurídico exclusivamente às vítimas de violência. Singer (2005) fala sobre a importância da cooperação nos empreendimentos solidários e também da existência de uma grande diversidade de formas de economia solidária e, a partir desse pressuposto, existem uma infinidade de conhecimentos que podem ser partilhados e aprendidos.

A AME realiza, ainda, várias palestras que objetivam a inserção das mulheres no mercado de trabalho ou na conquista de renda de forma autônoma. Isso é um palco de exploração muito rico, que possibilita pensar em iniciar um processo de inserção dessas mulheres na economia solidária. Um exemplo desse processo está relacionado com a reestruturação do estatuto da AME, pois há a ideia de iniciar um projeto de orientação sobre empreendimentos solidários.

A associação já ofereceu cursos de apresentação pessoal, atendimento ao cliente, cuidador de idosos, operador de telemarketing, serviços domésticos e sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, hoje já aprovada como Emenda Constitucional Nº 72. Os cursos promovidos pela OSCIP ocorrem conforme as demandas apresentadas pelo público alvo da associação.

Como a AME está passando por uma reestruturação estatutária, as funcionárias não possuem cargos específicos, todas realizam atividades complementares e muitas vezes cooperativas. A formação das funcionárias também possibilita esse entrosamento, pois há uma pedagoga, uma advogada e uma funcionária que pretende começar a estudar administração. Uma sopa de saberes

complementares e que tem tudo para alavancar ainda mais a OSCIP. No total, são três funcionárias da OSCIP e muitos voluntários, associados e parceiros.

As três funcionárias da associação são responsáveis por fazer a articulação e elaboração dos cursos oferecidos entre os professores que irão ministrar os cursos e com as necessidades apresentadas pelo grupo de mulheres participantes dos cursos. As funcionárias mantêm contato direto com as mulheres participantes dos cursos oferecidos pela associação. Desta forma, os projetos de elaboração dos cursos leva em conta a realidade vivida por essas mulheres. A diversidade de informações e conhecimentos as ajuda na formulação dos projetos desenvolvidos na AME, de forma crítica e comprometida com a igualdade, mostrando a necessidade de uma educação comprometida com as "minorias" e com uma sociedade mais participativa.

Uma das propostas a ser incluída na reestruturação da ONG diz respeito à construção de um plano de carreira. Pude perceber que a falta de um plano de carreira dentro da associação, de certa forma, desmotivava as funcionárias, que não tinham ideia sobre o que poderiam esperar profissionalmente dentro desse espaço.

A AME possui uma diretoria formada por presidência, vice-presidência, diretoria social, diretoria de relações institucionais, diretoria de gestão, diretoria de empreendedorismo, diretoria de assuntos jurídicos e diretoria de publicidade e marketing. A formação da diretoria se dar por meio de eleição, organizada em formato de chapa, e é eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos. A duração do mandato da diretoria é de três anos, podendo ser reeleita.

Segundo a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG):

Para a Receita Federal, **diretor** é a “pessoa que exerce a direção de uma instituição ou associação civil, (...) [*supressão do autor*] podendo ser ou não associado. Os diretores são, em princípio, escolhidos por eleição de assembleia, nos períodos assinalados nos seus estatutos”. Faz distinção entre o diretor e o **administrador**, que seria “a pessoa que pratica, com habitualidade, atos privativos de gerência ou administração de negócios da empresa, e o faz por delegação ou designação de assembleia, de diretoria ou de diretor” (ABONG, 2013).

Quanto aos recursos financeiros, a AME poderá obtê-los, segundo o seu estatuto, através de termos de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, legados e heranças, rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros,

pertinentes ao patrimônio sob a sua administração, contribuição dos associados e recebimento de direitos autorais.

Com relação às parcerias, para uma das funcionárias da associação, a gestão não é realizada de forma satisfatória, pois há muitos parceiros, bons apoiadores, mas que não podem ser bem aproveitados. Não existe uma estruturação sistêmica adequada para aproveitamento dessas parcerias. Para outra funcionária, os parceiros são verdadeiros apoiadores, tem comprometimento, carinho, um envolvimento muito grande, tanto na divulgação e no trabalho dentro da associação, quanto na participação financeira. E outra funcionária falou que a conquista das parcerias realizadas pela OSCIP foi um processo lento, e que a AME, ainda hoje, está passando por um processo de amadurecimento e profissionalização dessas parcerias.

Com relação ao Poder Público, a AME recebeu, recentemente, uma proposta de construção de um projeto em parceria com a SEJUS para criar um curso de capacitação profissional em serviços domésticos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O público alvo desse curso será o mesmo da associação, incluindo, portanto, mulheres do entorno do Distrito Federal.

Ainda relacionado à captação de parceiros, a AME conseguiu uma parceria com a International Business Machines (IBM), uma empresa americana com filial no Brasil, especializada na área de tecnologia da informação. O objetivo da parceria da IBM com a AME é de dar suporte para o desenvolvimento da associação, através de consultorias e gerência de projetos. A IBM daria suporte ao desenvolvimento de projetos que, de certa forma, mostrem sinergia entre a AME e os interesses da IBM, ou seja, uma ação conjunta que tem objetivos comuns.

Inicialmente a IBM dará três consultorias divididas da seguinte forma:

Primeira: curso de colaboração e liderança com duração de 5 horas com a participação dos parceiros, voluntários, diretoras e colaboradoras;

Segunda: curso de planejamento estratégico com duração de 32 horas com a participação das colaboradoras e diretoras;

Terceira: curso de gerência de projetos com duração de aproximadamente 40 horas com a participação das colaboradoras, diretoras e algumas pessoas estratégicas para a AME.

A IBM, quando adota essa postura de financiar e propor cursos para a OSCIP, estaria exercendo ou sua responsabilidade social empresarial ou uma filantropia empresarial. Partindo da análise dos conceitos, acredito que a IBM está

tentando exercer sua responsabilidade social empresarial, pois uma de suas propostas é de ajudar a associação a gerenciar os seus projetos de forma socialmente responsável.

Nesta perspectiva, Gadotti (2009) fala que o tema da responsabilidade social empresarial está sendo muito debatido no meio acadêmico e social, e que a criação de uma organização entre a empresa Cives e o Instituto Ethos, em 1999, contribuiu consideravelmente para dar visibilidade ao conceito. Essa organização “tem por objetivo ajudar empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na 'construção de uma sociedade sustentável e justa'. Padrões éticos de relacionamento com seus funcionários, com os clientes e comunidades, com o poder público, meio ambiente, são critérios para entrar na organização” (Gadotti, 2009).

Assim, os conceitos de responsabilidade social e responsabilidade social empresarial se entrelaçam como nos mostra Gadotti:

[...] responsabilidade social se traduz no compromisso de uma instituição, organização, empresa ou governo, com a cidadania e a ética, na perspectiva da transformação social. No caso de uma empresa, a responsabilidade social se explicita nos princípios e valores que norteiam todos os seus atos e que podem ser tornados públicos por meio de um balanço social (Gadotti, 2009).

Apresento a ONG como um espaço de construção de ações coletivas, visando a emancipação de mulheres e mulheres vítimas de violência. Para isso acho necessário discutir um pouco sobre a questão do empoderamento, tão mencionado neste estudo, e sobre violência simbólica.

A violência simbólica, pouco difundida por ser um processo quase que naturalizado pela sociedade, só ganha visibilidade quando passa a ser uma violência física. Por esse motivo, quase não é percebida pela sociedade. Se configura como uma violência que contribui com a visão social de quase banalização da violência física, pois ela "direciona os papéis sociais, impõe códigos e ainda recebe sustentação social" (Silva [1], 2010).

Essa violência camuflada nas relações sociais, muitas vezes é confundida como relações sociais cotidianas, uma vez que esse tipo de violência se confunde como um processo de socialização, onde o discurso dominante tem de ser seguido e é legitimado dentro da cultura.

O sociólogo Pierre Bourdieu elaborou o conceito de violência simbólica e define-a como sendo:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita de atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 1999, p. 18 *apud* Silva [1], 2010).

Neste cenário, o empoderamento feminino mostra-se como um desafio às relações com foco no patriarcado, uma vez que a cultura introjeta nas pessoas essa ideia de superioridade masculina sobre o feminino. Assim, o empoderamento das mulheres é um movimento de luta constante e cotidiano, onde a mulher tem de se ver capaz de modificar as injustiças às quais é exposta, lutar pela conquista do seu espaço nas relações de trabalho e até mesmo no cuidado com os filhos e com a apropriação de seu corpo.

Neste sentido, Silva [1] traz uma visão interessante sobre a dificuldade enfrentada pelas mulheres para conquistar seu empoderamento.

O empoderamento das mulheres pode ser percebido na luta constante que as mesmas empreendem cotidianamente para diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres, seja no que diz respeito a cargos e salários, na independência econômica, no cuidado com filhos/as e no poder sobre o próprio corpo, este último nem sempre considerado por elas e pelos homens, tanto o é que ainda são tidos enquanto sacos de pancadas (Silva [1], 2010).

As visões das três funcionárias sobre o empoderamento feminino se convergiam em alguns pontos, como: melhorar a autoestima, possibilidade de conquistar uma renda, inserção no mercado de trabalho, construir um conhecimento a respeito da violência e como, consequência, a possibilidade de denunciar os agressores. Todas as funcionárias achavam estritamente importante que essas mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência saíssem da esfera residencial e tivessem contato com outras mulheres e pensamentos.

Pelo exposto, tento mostrar a importância dessa OSCIP dentro da nossa sociedade, que vem com essa proposta de dar empoderamento às mulheres e, principalmente, e mulheres vítimas de violência. Um dos trabalhos da OSCIP nesta perspectiva é o de melhorar a autoestima dessas mulheres, com o objetivo de minimizar e anular essa submissão feminina. Para isso, a AME conta com palestras

sobre o perfil da mulher do século XXI, empreendedorismo, violência doméstica, direito da mulher e palestras sobre comportamento contemporâneo. Todas essas palestras visam construir um pensamento de não submissão feminina e tentam mostrar que o empoderamento da mulher é um processo importante e demorado. Paralelamente a isso, a AME tenta trabalhar o lado profissional dessas mulheres através de cursos de capacitação profissional, e possibilita a inserção de algumas mulheres no mercado de trabalho por meio da interlocução entre a AME e as empresas parceiras.

5.2. RESULTADOS E ANÁLISE

Uma das minhas preocupações iniciais está relacionada à questão do acolhimento. Como eu seria recebida pela equipe que trabalha na OSCIP?

A acolhida foi maravilhosa, as profissionais que atuam dentro da OSCIP me trataram muito bem. Tive um grande prazer em poder ser recebida por uma grande amiga e parceira de faculdade. Comparecia duas vezes na semana na associação, no período das quatorze às dezenove horas. Minha pesquisa-ação teve início em 14 de abril de 2013 e finalizou-se em 05 de julho do mesmo ano. Realizei observações, anotações para posterior confrontação teórica e, paralelamente, confrontava as experiências das funcionárias com os postulados teóricos que direcionaram essa pesquisa.

Minha intervenção e participação dentro da OSCIP criou a oportunidade de me tornar uma voluntária por um período relativamente curto. Essa intervenção possibilitou associar a investigação com a ação, a reflexão teórica com a prática profissional, ou seja, um espaço privilegiado, onde o diálogo e a colaboração de todos foram muito importantes para a realização dessa pesquisa.

Neste momento da pesquisa, é importante falarmos da definição do que é ser um voluntário. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou em outros campos (Dohme, p.8 *apud* Ortiz, 2007).

Já na Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, Lei do Serviço Voluntário, temos: "a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha

objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade" (Brasil,1998).

No Parágrafo Único do Artigo 1º dessa mesma lei temos que trabalho voluntário não gera vínculo empregatício e nem direitos para quem presta esse serviço. Apesar disso, o trabalho voluntário se caracteriza como uma espaço de diálogo, onde a solidariedade, a crença na possibilidade de transformação social, o aprendizado em grupo se configuram como pilares na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sobre essa temática, Garay classifica a ação voluntária como sendo:

Ótima forma de desenvolver nas pessoas não só a cidadania, mas também, pelo contato com as organizações da sociedade civil, o uso de habilidades como a de leitura do ambiente e a de construção de formas coletivas de solução de problemas, bem como ampliar e promover mudanças nas visões de mundo, trabalhar com objetivos comuns e com aprendizagem em grupo, além de favorecer o desenvolvimento de valores e de uma cultura de responsabilidade social nas organizações em que atuam. Os valores de solidariedade e a relação menos hierarquizada, comuns às organizações sem fins lucrativos, têm sido considerados como, inclusive, base importante para o desenvolvimento de equipes (Garay 2001, p. 11 *apud* Lucas, 2011).

Assim, voluntários são pessoas que dispõem de tempo, dispostas a trabalhar em benefício de uma causa social ou simplesmente pelo prazer em ajudar ao próximo, tendo seus interesses e motivações próprias, de forma que esses interesses e motivações sejam transportados para suas ações.

Quando cheguei na associação, me propus a entender como se organizava e o que objetivava a instituição. Conversando com as funcionárias e analisando o estatuto, pude perceber que não se tratava de um empreendimento solidário. Isto porque, apesar de ter um grande envolvimento com as questões sociais e ter como eixo a capacitação profissional e a possibilidade de geração de renda através do serviço autônomo, tratava-se de um empreendimento que tem como característica "não distribuir entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social" (Estatuto da AME, 2010, ver ANEXO I).

Neste momento, pensei como seria a minha participação dentro da OSCIP. Através do diálogo, tentei mostrar para as funcionárias da associação a possibilidade de tornar-se um empreendimento de assessoria e apoio à economia solidária. Mostrando a possibilidade desse tipo de empreendimento tornar-se uma

alternativa viável de empoderamento e transformação social das mulheres e mulheres vítimas de violência. Inicialmente, esse apoio se caracterizou como intervenções de formação. Tentei construir com as funcionárias o conhecimento sobre a economia solidária e verificar se pretendiam seguir a sugestão de tornar a AME uma associação de assessoria e apoio a esse tipo de economia.

Para isso, eu teria que elaborar um projeto que visasse esclarecer o que é e como funciona um empreendimento solidário. Não tive tempo e nem espaço para formular um projeto específico, mas nas discussões propostas por mim, pude perceber um movimento de curiosidade por parte das funcionárias sobre a temática. Fiquei entusiasmada com o interesse demonstrado pelas funcionárias, pois trata-se de um movimento importante no processo de ensino-aprendizagem, assim como assinala Singer:

Devemos a Paulo Freire esta formulação lapidar: "Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos." Isso se aplica inteiramente à Economia Solidária, enquanto ato pedagógico. Docentes e discentes são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um auto-aprendizado mútuo. Somos todos autodidatas, pois não há aprendizado verdadeiro em que a curiosidade do aprendiz não tenha papel crucial (Singer, 2005).

Sobre a falta de tempo, justifico que não foi só por minha parte, mas também das funcionárias que sempre estavam muito atarefadas e comprometidas com o trabalho dentro da OSCIP. Eu dispunha de uma cartilha que continha um curso completo sobre economia solidária, mas infelizmente não pude aproveitá-la na sua completude, pois as funcionárias da AME não podiam parar o seu trabalho para que pudéssemos aprofundar nosso conhecimento sobre o tema.

Desta forma, a solução que encontrei foi aproveitar o momento de trabalho da equipe da associação para conversarmos sobre a economia solidária. Antes de iniciar essa intervenção, procurei me informar se todas as envolvidas com a OSCIP entendiam e queriam participar dessa transformação. Não abordei o tema diretamente, foi uma roda de conversas, em que falava os conceitos, dava exemplos e, a partir daí, perguntava se era viável esse tipo de abordagem dentro da associação. Neste momento da pesquisa-ação, tive contato com todas as três funcionárias. Pude observar suas práticas dentro da OSCIP e os saberes que elas dispunham sobre o tema

Eu procurei utilizar o próprio espaço da ONG para discutir os pilares da economia solidária, procurando os conceitos dentro da própria organização em que

as funcionárias estavam inseridas, quais sejam: autogestão, solidariedade democrática, cooperação e sustentabilidade econômica.

Perguntei para as funcionárias se elas sabiam o que significava autogestão. Todas responderam que tinham uma noção do que significava, mas quando expuseram seus pontos de vista, pude perceber que a noção de autogestão apresentada por elas, na verdade, era a de heterogestão, pois o controle sobre o trabalho desenvolvido na própria associação é centrado na figura da diretora, que sempre dá a palavra final. Quando expus o que significava autogestão, as funcionárias foram unânimes em dizer que na associação elas tinham muita autonomia para propor ações, mas que essas propostas precisavam passar pelo crivo da diretoria.

Falei da importância da autogestão nos empreendimentos solidários, mostrando que o controle do empreendimento está nas mãos dos seus trabalhadores, que todos são donos da sua força e ferramentas de trabalho, e que para o bom funcionamento desse tipo de empreendimento, como afirma Singer, "a união entre os trabalhadores é essencial. Como não há hierarquia, disputas e conflitos podem destruí-la. Também não há a supervisão e vigilância de mestres, contra-mestres, encarregados e quejandos, cuja missão, na empresa capitalista, é disciplinar o trabalhador" (Singer, 2005).

A situação do trabalhador na empresa solidária é muito diferente da vivenciada nas empresas capitalistas, pois a autogestão representa um importante movimento de transformação na qualidade de vida e de trabalho dessas pessoas por ser um processo centrado na solidariedade e cooperação, buscando o bem estar de todos os participantes.

Quanto à questão da solidariedade democrática, uma funcionária estava com uma ideia mais voltada para a caridade, pois ela expôs que o objetivo da criação da AME era o de ajudar aos que necessitam. A solidariedade não pode ser entendida como caridade ou como

imposição da necessidade mas como opção consciente por outro modo de produção. Essa talvez seja a conclusão principal do acima exposto. A experiência de vida dos inferiorizados lhes ensina a prática da solidariedade como resposta à necessidade, em situações de perigo ou de extrema carência. 'A Economia Solidária lhes propõe a solidariedade como prática sistemática, cotidiana, embebida num relacionamento social e econômico especialmente construído para isso' (Singer, 2005).

Já as outras duas funcionárias sabiam que esse movimento de

solidariedade tem que estar ancorado por indicadores de reciprocidade como dar, receber e retribuir. Assim, elas sabiam que os parceiros, os associados, os apoiadores da OSCIP, no geral, quando ajudam a associação, ganham em visibilidade e marketing. Visibilidade no sentido de que a empresa poderia ser apresentada como apoiadora das causas sociais.

A AME realizou recentemente um brechó solidário que pretendia arrecadar verbas para investir nos cursos oferecidos pela OSCIP. O brechó foi bem produtivo. O repasse financeiro ficará completamente concentrado nas ações da associação, como visto no seu estatuto.

Um dos princípios estruturantes da economia solidária, a solidariedade, possui uma conceituação polissêmica, mas aqui é entendido como um movimento crítico, no sentido de entender as relações de poder. E tem que ser um movimento dinâmico que não mede esforços para alcançar seus ideais de transformação social.

Quanto à questão da cooperação entre empreendimentos solidários, pude presenciar dentro da AME um movimento neste sentido quando uma outra ONG procurou a AME com o objetivo de dividir uma doação recebido por eles. Em troca, a AME que possui o título de OSCIP, precisaria receber essa doação e repassar parte dela para a outra ONG, através de um termo de doação entre ONGs.

Ainda nesta proposta, conversei com as funcionárias da associação sobre o quão importante é a cooperação dentro dos empreendimentos solidários para a concretização e inserção nesse modo de vida e de economia. A cooperação, e não a competição, viabiliza o alcance de uma proposta focada na igualdade, onde as diferenças sejam entendidas e aproveitadas ao invés de serem usadas como ferramenta de discriminação.

Tive o privilégio de observar que dentro da AME as funcionárias cooperam entre si, pois elas tem objetivos comuns que é o propiciar ao seu público-alvo uma alternativa de vida e economia diferente da que elas estão inseridas. Apesar das decisões sempre passarem pelo crivo da diretoria, como foi citado anteriormente.

Quanto à questão da sustentação financeira dentro do empreendimento solidário, percebi que seria uma movimento inviável dentro da associação. Os recursos da OSCIP provêm dos parceiros e associados e do repasse mensal de duas empresas do grupo TBA, do qual a diretora da AME é fundadora. Esse repasse é deduzido do imposto de renda, no limite de 2% sobre o rendimento previsto pelas empresas. Conversando com as funcionárias, discutimos sobre a forma de sustentabilidade econômica proposta pela economia solidária, que, além

de não visar o lucro como na ONG, propõe viabilizar um trabalho digno e uma renda justa aos seus participantes (CAMP, Caderno de Economia Solidária, 2006).

Então sugeri que as funcionárias fizessem cursos sobre economia solidária e se propusessem a ser uma OSCIP que incentivasse e direcionasse as mulheres que participavam dos cursos oferecidos a este tipo de economia, sob a forma de assessoria e apoio aos empreendimentos. Os empreendimentos solidários têm como compromisso ajudar uns aos outros através da divulgação e consumo dos produtos e serviços realizados por eles de forma que se tornem “agentes estratégicos do desenvolvimento local” (CAMP, Caderno de Economia Solidária, 2006).

Perguntei às funcionárias se elas, de alguma forma, já haviam incentivado as mulheres que passaram pela AME a formar cooperativas. A resposta foi positiva, uma vez que muitas participantes dos cursos de bordado e artesanato já viviam na informalidade. As ações da OSCIP, neste sentido, se pautavam e se pautam na criação de oficinas que sobre empreendedorismo e motivação e ações de orientação para que as mulheres consigam sair da informalidade e formar cooperativas com respaldo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

As cooperativas, de um modo geral, são isentas de vários tributos, o que facilita a inserção dessas mulheres nesse tipo de economia. Apesar de inicialmente contar com poucos recursos e pouca infraestrutura, mostra-se um movimento de transição para entrada na economia solidária.

Após os debates sobre a formação de cooperativas, tive o prazer em ouvir de uma funcionária da associação o quão ela estava interessada sobre o tema. Ela tinha um projeto cujo objetivo era propiciar às mulheres participantes um treinamento em gestão “para que as mesmas pudessem aumentar suas chances de sucesso” e, conseqüentemente, ajudar no “crescimento econômico das comunidades em que vivem”. Sua ideia era fazer uma parceria com os idealizadores do programa “10.000 Women Empreendedorismo e Novos Negócios”, da Goldman Sachs (ver ANEXO II) e implantar essa prática dentro da AME.

Perguntei qual foi a dificuldade e o que a impedia de colocar esse projeto em andamento. Ela explicou que contava com o apoio e com a troca de conhecimentos entre ela e outra funcionária da associação, mas que essa funcionária infelizmente havia falecido. Ela disse ainda que, quando a equipe reestruturar o estatuto e conseguir dar prosseguimento aos projetos já

desenvolvidos pela AME, esse “sonho”, como ela mesma colocou, vai ser concretizado. Claro que ela precisa do apoio das outras funcionárias e da diretoria.

Nos últimos encontros que tive com as funcionárias da AME, continuamos as nossas conversas sobre a economia solidária e, conseqüentemente, nosso processo de ensino-aprendizagem. Tive a oportunidade de perguntá-las de que forma esse tipo de economia ajudaria as mulheres de baixa renda e as mulheres vítimas de violência a saírem desse estado de quase inércia. As funcionárias foram unânimes em considerar tratar-se de uma economia que privilegia os seus participantes e que valoriza o ser humano, buscando alternativas de sobrevivência e respeitando os saberes acumulados, respeitando as diferenças e incentivando sempre o processo de ensino-aprendizagem. Trata-se, sim, de uma proposta legítima de empoderamento e conseqüentemente de transformação social.

As funcionárias da AME me falaram sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que participam dos cursos oferecidos pela mesma. A dificuldade de levantar dinheiro para o transporte, a falta de tempo e as preocupações das mesmas em obter uma fonte de renda. Todos esses motivos apontados pelas funcionárias se caracterizam como dificultadores na inserção e permanência dessas mulheres na economia solidária.

Nessa perspectiva, levantei algumas possibilidades que poderiam ajudar a superar esse problema, como: tentar fazer parcerias que disponibilizassem verbas para custear o transporte dessas mulheres, fazer com que os educadores que desenvolvem os cursos abordassem as necessidades e objetivos expostos pelas mulheres, na tentativa de ativar a curiosidade das participantes, realizar os cursos de forma entusiasmada, mostrando a viabilidade financeira desse modo de economia.

Arruda mostra algumas estratégias de formação em economia solidária.

As estratégias de formação variam conforme o tipo de participantes dos cursos e seus contextos espaço-temporais ou sócio-históricos. Não pode haver uma só estratégia que sirva para todos. Trabalhadores da economia popular têm um nível de escolaridade frequentemente muito baixo, alguns chegam a ser analfabetos em termos linguísticos. Além disso, estão em geral tão absorvidos com a luta pela sobrevivência que não encontram tempo e disposição para participar de cursos de formação. A motivação pode vir de familiares ou amigos. Os cursos têm que estar vinculados à sua situação de trabalhadores informais e às suas necessidades mais prementes. O método tem que consistir numa íntima interação entre a educação, o trabalho e a vida que levam. Trabalhadores da Economia Solidária, por sua vez, ainda que tendo escolhido o caminho da cooperação e da partilha, também precisam de formação, de capacitação e de reciclagem de conhecimentos e aptidões. Jovens e adultos anseiam por

avançar para graus sempre mais elevados de formação de competências. O desafio da formação em Economia Solidária e desenvolvimento é, na verdade, permanente (Arruda, 2006).

Para finalizar este relato de experiência, mostro meu otimismo e esperança de que a equipe da AME possa reconhecer e identificar as necessidades do seu público-alvo, a fim de propor práticas emancipadoras e ações socialmente justas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, sob a forma de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, procurou apresentar a economia solidária como forma associativa de emancipação das mulheres de baixa renda e mulheres vítimas de violência.

Foram apresentados conceitos e discussões sobre OSCIPs, ONGs, terceiro setor, incluindo seu papel de catalisador para os movimentos sociais de transformação. Pode-se ver que essas organizações têm uma importante função articuladora entre Estado, mercado e sociedade, tornando-se fundamentais para mudanças sociais. A economia solidária foi apresentada como uma proposta de vida, educação e sociedade, alternativa à economia tradicional capitalista, que visa apenas o ganho de alguns, mantendo-se por meio da perpetuação das relações de dominação. Constatamos que a economia solidária representa um novo modo de vida, baseado em valores como solidariedade, autogestão, sustentabilidade financeira e cooperação, em contraposição à economia capitalista, que legitima e fortalece as desigualdades sociais e a violência de gênero.

A violência contra as mulheres foi discutida como causada, em grande parte, pela economia tradicional, que impõe uma divisão sexual do trabalho e perpetua os conflitos de gênero. Dessa forma, a economia solidária, por se tratar de uma forma de sociedade, cultura e economia capaz de substituir a economia tradicional, pode promover a transformação social das mulheres por meio do equilíbrio das relações de poder. Refletir sobre a realidade à qual muitas mulheres estão inseridas nos faz acreditar na possibilidade de encontramos mecanismos que contribuam na superação da realidade das mesmas.

Os alicerces da economia solidária foram apresentados a uma OSCIP de Brasília, Distrito Federal, que tem por finalidade dar empoderamento a mulheres de baixa renda, sobretudo mulheres vítimas de violência, por meio de cursos de capacitação e palestras com temáticas.

A AME, ONG investigada, age com solidariedade de forma a combater a violência e dar empoderamento às mulheres assistidas. A pesquisa-ação realizada dentro da ONG nos possibilitou utilizar o seu próprio espaço para compreendermos os conceitos sobre economia solidária, permitindo o emprego deste tipo de economia no fomento e na assessoria aos empreendimentos das mulheres

atendidas.

As funcionárias que participaram desta pesquisa-ação, a partir deste trabalho, estão mais sensibilizadas para identificar e reconhecer as necessidades das mulheres que participam dos cursos e palestras promovidos pela associação.

Foi possível, também, construir um texto em que o tema da economia solidária foi compreendido de forma participativa, com a interação entre os múltiplos saberes. Em que o processo de ensino-aprendizagem ocorreu de forma mútua entre a pesquisadora e o grupo pesquisado.

Espera-se que esta pesquisa-ação ajude na aplicação prática das funcionárias da OSCIP. Mesmo que a AME não entre diretamente no movimento de economia solidária, que as funcionárias aproveitem os conhecimentos novos e apliquem nos cursos oferecidos pela associação.

PARTE 3

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao ingressar no curso de Pedagogia, eu tinha por finalidade entender o processo de ensino aprendizagem e como esse processo poderia ajudar a não criar injustiças. Durante o tempo em que fiquei no curso, vi que o papel do pedagogo vai muito além de apenas dar aulas. Pretendo, agora, usar o que aprendi não somente como educadora, mas também pensando na possibilidade de interação entre as diversas áreas, procurando a troca de saberes.

Sempre estive preocupada com as questões sociais. Minhas perspectivas são de tentar, utilizando o que aprendi, minimizar as diferenças sociais. Pretendo exercer a profissão de pedagoga sempre pensando no cenário de combate a injustiças.

Também penso em fazer um mestrado na área da educação, dar continuidade ao meu processo de ensino-aprendizagem e, desta forma, estar mais perto de meus ideais.

REFERÊNCIAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. *Estatuto Social*. São Paulo: **2010**. Disponível em: <http://abong.org.br/quem_somos.php?id=3>.

_____. *Portal ABONG* [online]. **2013**. Disponível em <<http://www.abong.org.br/>>. Data de acesso: 14/06/2013.

ALMEIDA, Naitê S. de. *Educação pela Comunicação na ONG Associação Imagem Comunitária: Estudo a partir das percepções de jovens sobre sua prática de comunicação*, 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, **2006**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/monografias-dissertacoes-teses/EducacaopelaComunicacao.pdf>>.

ALMEIDA, Roberta . *Percepção do Clima Organizacional em uma Ong Situada no Município de Itajaí*, 2009. 51f. Monografia (Bacharel em Psicologia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, **2009**. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Roberta%20Aparecida%20Almeida.pdf>>.

AME – Associação de Mulheres Empreendedoras. *Portal AME* [online]. **2013**. Disponível em <<http://www.amedf.org.br/>>. Data de acesso: 14/06/2013.

ANDRADE , Paulo E. de C. *ONGs e Educação: Significados Atribuídos por Jovens à Participação em Projetos Educativos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, **2009**. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-84VQUG/disserta__o_paulo_andrade.pdf?sequence=1>.

ARRUDA, Marcos. Estratégias de Formação no Campo da Economia dos Setores Populares. SEMINÁRIO ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO. Realizado pela Universidade Católica do Salvador e pela Associação Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, dez. **2006**. Disponível em <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=510&Itemid=216>.

_____. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sonia M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, **2005**.

BAIERLE, M. de Fátima. Educação popular e Economia Solidária em Porto Alegre. In: KRUPPA, Sonia M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, **2005**.

BAPTISTA, Luciene L. *A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic*. 2013. 255f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, **2013**. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-03052013-183118/pt-br.php>>.

BARBIER, Renée. *A pesquisa-ação*. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, **2007**. (Série Pesquisa, vol.3).

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). *Relato Setorial nº 3. AS/GESET. 2001*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf>.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, **1981** [1]. (Coleção Primeiros Passos).

_____. *O que é o Método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, **1981** [2].

BRASIL. Lei 11.340 de **2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. Lei 9.608 de **1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

_____. Lei 9.790 de **1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Cartilha Lei Maria da Penha*. Brasília, **2007**.

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional – Centro Educação Popular Opção pela Solidariedade. *Saiba mais sobre Economia Solidária*. Porto Alegre. **2006**. Disponível em: <http://www.camp.org.br/pdf/Caderno_de_Economia_Solidaria-CAMP.pdf>

CARDEAL, Janine O.; DIÓGENES, Elione M. N. A Responsabilidade Social das Organizações não Governamentais no Campo Educativo Alagoano. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL), 6., **2011**, São Cristóvão, Sergipe. Disponível em: <<http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%202/conteudo.htm>>

CARVALHO, Sônia M. S. *Desafios dos Vínculos Sociais na Sociedade do Trabalho Contemporâneo: Experiência de Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno*. 2008. 321f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, **2008**. Disponível em: <http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4655>.

_____. Metodologia de incubação de empreendimentos de Economia Solidária: Reflexões da incubadora social e solidária da Universidade de Brasília. Trabalho apresentado no XVII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e XV Workshop Anprotec, Belo Horizonte, MG, **2007**. Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/publique/media/S%C3%B4niaCarvalho.pdf>>.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Dados sobre Violência Contra as Mulheres no Brasil e no Mundo*. **2013**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3466:dados-sobre-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil-e-no-mundo&catid=215:artigos-e-textos&Itemid=149>. Data de acesso: 10/06/2013.

DIONNE, Hugues. *A pesquisa ação para o desenvolvimento local*. Tradução de Michel Thiollent, Brasília: Liber Livro Editora, **2007**.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, **1967**.

ESTÉS, Clarissa P. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, **1994**. (Arcos do Tempo).

FRANTZ, Walter. O Movimento Comunitário de Base de Ijuí, Brasil. Uma Experiência Histórica de Organização e Educação para a Cooperação - Organização do Quadro Social e Educação Cooperativa. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5., **2008**, Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/017-frantz.pdf>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, **2006**.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 03-11, **2000**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>.

_____. *Economia Solidária como Práxis Pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, **2009**. (Série Educação Popular). Parte do acervo do Centro de Referência Paulo Freire. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org>>.

GAIGER, Luiz I. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. **2003**. Disponível em <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>

GARCEZ, Lucília H. do C. Todo o poder da palavra. *Correio Braziliense*, Brasília, Caderno Pensar, 1º mar. **1998**.

GUSMÃO, N. M. M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 18, n. 43, p. 8-25, **1997**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002>>.

GUTIERRES, Kellen A. *Avanços e retrocessos: terceiro setor e os impasses para a construção democrática no Brasil*. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, **2006**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-140552/>>.

HADDAD, Sérgio. *As ONGs, os governos e o Fórum Social Mundial*. Artigo disponível no sítio eletrônico da Biblioteca ABONG. São Paulo, **2006**. Disponível em <<http://abong.org.br/biblioteca.php?id=3514>>. Data de acesso: 14/06/2013.

INSTITUTO PRO BONO, *Manual do Terceiro Setor*, Disponível em: <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>>. Data de acesso: 14/06/2013.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil), *Desigualdade diminui mais na classe média*. 03/abr/**2013**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17708>. Data de acesso: 10/06/2013.

KRUPPA, Sonia M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: _____. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, **2005**.

LUCAS, Fernanda C. *Desenvolvimento de competências dos voluntários da ONG Sonhar Acordado: uma visão de seus coordenadores*. 2011. 59 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, **2011**. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2449/1/2011_FernandaCarvalhoLucas.pdf>.

LUTKMEIER, Carmelita. (2012). *A Experiência do Projeto Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência*. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2013. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&Itemid=18&gid=1743>. Data de acesso: 10/06/2013.

MATTOS, Solange M. da S. N.; DRUMMOND José A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 177-192, **2005**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100012>>.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da Economia Solidária. In: KRUPPA, Sonia M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, **2005**.

OLIVEIRA, Gláucia F. de. *Violência de gênero e a lei Maria da Penha*. Conteúdo Jurídico [online], Brasília, DF: 06 out. **2010**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29209>>. Data de acesso: 14 jun. 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Carta das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: **2001**. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>.

ORSO, Paulino J. *A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, **1996**.

ORTIZ, Marta C. M. *Voluntariado em hospitais: uma análise institucional da subjetividade*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, **2007**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-17012008-160303/>>.

Portal Brasil. *Em 10 anos, renda dos mais ricos cai 6% e dos mais pobres cresce 0,9%*. 28/nov/**2012**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/11/28/em-10-anos-renda-dos-mais-ricos-cai-6-e-dos-mais-pobres-cresce-0-9>>. Data de acesso: 10/06/2013.

_____. *Saúde da mulher - Violência contra a mulher*. **2011**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-da-mulher/violencia-contra-a-mulher>>. Data de acesso: 10/06/2013

SANTOS, Cecília M.; IZUMINO, Wânia P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, **2005**, p. 147-164. Disponível em <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=358&Itemid=188>

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 95-104, **2007**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>>.

SILVA [1], Cláudia M. de O.G. *Violência contra as mulheres: a Lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados-MS*. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, MS, **2010**.

SILVA [2], Cláudio B. L. da. *As Organizações não Governamentais na Amazônia Legal e Soberania Nacional*. 2010. 85f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – Facitec, Brasília, **2010**.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. P. (Org). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, **2005**.

STRECK, Danilo R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 11-25, abr. **2008**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100002&lng=pt&nrm=iso>.

SZAZI, Eduardo. *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*, 4ª Edição, São Paulo: Peirópolis, **2006**.

TUDE, João; RODRIGUES, Grace K. M. Organizações Não Governamentais: uma discussão sobre suas peculiaridades organizacionais. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 6., **2007**, Salvador. Anais Eletrônicos... Disponível em: <<http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/076.pdf>>.

VERARDO, Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia L. de (Org.). *Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL- USP, ITCP-USP, PW, **2005**.

ANEXO I



AME – Associação de Mulheres Empreendedoras **ESTATUTO**

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, também designada pela sigla AME, constituída em 19/04/2004 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede em Brasília, Distrito Federal e foro em Brasília – DF- Brasil.

Parágrafo único - A Instituição adota para si, com exclusividade em todo o território nacional, as iniciais AME, formadas com as primeiras letras do seu nome.

§ 1º - Suas cores são:



§ 2º - Os três pilares de atuação da AME são: a mulher, o empreendedorismo e a ação.

Art. 2º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME tem por finalidade promover: oportunidades às mulheres visando a busca de igualdade social e cultural entre homens e mulheres, difundir os negócios coordenados por mulheres, desenvolver projetos sócio-culturais e ambientais, efetiva atuação no cenário feminino frente ao mercado de trabalho, informar a sociedade sobre as condições e os direitos das mulheres, bem como implementar uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, tudo em conformidade com o que dispõe na legislação vigente (Lei 9.790/99, art.3º).

Parágrafo Único - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. (Lei 9.790/99, art.1º, § 1º)

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Lei 9.790/99, inciso I do art.4º)

Parágrafo Único – A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Lei 9.790/99, parágrafo único do art. 3º)

Art. 4º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME, terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Parágrafo único – Os serviços de educação ou de saúde a que a entidade eventualmente se dedique serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Capítulo II - DOS SÓCIOS

Art. 6º - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME é constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias: fundadoras, efetivas e colaboradoras.

- I. Fundadora: pessoa física, do sexo feminino, que participou da Assembléia Geral de fundação da AME.
- II. Efetiva: qualquer pessoa física que se comprometa com a contribuição financeira periódica para a realização e desenvolvimento das atividades da Entidade.
- III. Colaboradora: qualquer pessoa física que se comprometa com a contribuição financeira e/ou prestação voluntária de serviço para a AME.

Parágrafo Único: A admissão e a exclusão dos associados é atribuição exclusiva da Assembléia Geral.

Art. 7º - São direitos das associadas fundadoras, efetivas e colaboradoras, quites com suas obrigações sociais:

- I. participar de todas as Assembléias Gerais e votar todos os assuntos nelas discutidos;
- II. votar e ser votada para cargo eletivo da AME;
- III. propor a admissão e exclusão de sócias;
- IV. aprovar, em assembléia, as propostas de trabalho encaminhadas pela Diretoria;
- V. propor a Diretoria medidas de interesse ou de utilidade para a Associação;
- VI. requerer a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, atendidas as exigências previstas neste Estatuto.
- VII. demitir-se da Entidade quando lhe convier;

Art. 8º - São deveres das associadas:

- I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as decisões da Diretoria;
- III. concorrer com o seu esforço pessoal para a plena consecução dos objetivos da AME;
- IV. desenvolver as tarefas que lhes forem atribuídas pela Assembléia Geral;
- V. cumprir e zelar pelo cumprimento do Estatuto e demais normas internas da AME;

- VI. pagar em dia, eventuais contribuições financeiras, estipuladas pela Diretoria;
- VII. zelar pela imagem da Associação;
- VIII. prestigiar as atividades da Associação.

Art. 9º - As sócias não respondem, nem mesmo, subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Parágrafo único – As associadas não serão responsáveis, pessoalmente, pelas obrigações que contraírem em nome da entidade, mas responderão subsidiariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem por culpa ou dolo.

Art. 10 - Deixará de pertencer ao quadro social da AME a associada que:

- I. vier a falecer;
- II. pedir desligamento por escrito e assinado de próprio punho;
- III. for excluído, por justa causa, pela Diretoria, após o devido processo legal com direito ao contraditório e ampla defesa à associada, sendo facultado recurso à Assembléia Geral;
- IV. por dissolução da pessoa jurídica;
- V. por incapacidade civil não suprida.

Art. 11 - As associadas estão sujeitas às penalidades de suspensão e eliminação do quadro associativo da AME, nos seguintes casos:

- I. serão suspensos os direitos da associada que não estiver com a suas contribuições social e financeira em dia ou que desacatar decisões adotadas em conformidade com este Estatuto;
- II. será eliminado do quadro da AME a associada que a macular, que reincidir no desacato de decisões adotadas em conformidade com este Estatuto, que causar prejuízo material à entidade ou que sem motivo justificado atrasar por mais de 06 (seis) meses o pagamento de sua contribuição social;

§ 1º - À acusada será garantido o contraditório e ampla defesa. Depois de notificada, a associada terá 10 (dez) dias para apresentar a defesa por escrito, em seguida a Diretoria terá 15 dias para aplicar a penalidade ou absolvê-la.

§ 2º - Da penalidade imposta caberá recurso à Assembléia Geral, que deverá ser convocada no prazo máximo de 30 dias a contar da data do protocolo do recurso.

§ 3º - A associada que tenha sido desligada ou eliminada do quadro da AME, poderá ser readmitida, desde que se reabilite, a juízo da Diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral, ou liquidem seus débitos, quando se tratar de atraso de pagamento.

§ 4º - A decisão de exclusão de associada será tomada pela maioria simples dos membros da Diretoria.

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12 - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será administrada (o) por:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º)

Parágrafo único - A Instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades (Lei 9.790/99, inciso VI do art. 4º)

Art. 13 - A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos e tomar as providências que julgar necessárias à sua defesa e desenvolvimento vinculam todos ainda que ausentes ou discordantes.

Parágrafo único – A Assembléia Geral se constituirá das sócias em pleno gozo de seus direitos estatutários, será convocada pela Presidente da AME, através de edital publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 14 - Compete à Assembléia Geral:

- I. eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e deliberar sobre sua alteração com o concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes;
- III. deliberar sobre orçamento anual, as contas, balanços e relatórios da Diretoria, após o parecer prévio do Conselho Fiscal;
- IV. julgar, em instância superior, os recursos interpostos das decisões da Diretoria;
- V. decidir sobre a extinção da Instituição;
- VI. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. aprovar o Regimento Interno;
- VIII. deliberar sobre o plano de trabalho elaborado pela Diretoria.
- IX. exercer qualquer poder não expressamente atribuído a outro órgão;

Art. 15 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- II. apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III. discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 16 - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I. pela Diretoria;
- II. pelo Conselho Fiscal;
- III. por requerimento de mais de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 17 - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Lei 9.790/99, inciso II do art. 4º)

Art. 18 - A Diretoria será constituída por:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Diretora Social;
- IV. Diretora de Relações Institucionais;

- V. Diretora de Gestão;
- VI. Diretora de Empreendedorismo;
- VII. Diretora de Assuntos Jurídicos;
- VIII. Diretor de Publicidade e Marketing.

§ 1º - A eleição da Diretoria se dará por meio de chapa, sendo vitoriosa a que obtiver maioria simples dos votos válidos.

§ 2º - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, não sendo vedada mais de uma reeleição.

§ 3º - Não poderão ser eleitas para os cargos de Diretoria da entidade, as sócias que exerçam cargos, empregos ou funções junto aos órgãos do Poder Público.

Art. 19 - Compete à Diretoria:

- I. elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II. fiscalizar e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais;
- III. executar a programação anual de atividades da Instituição;
- IV. elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- V. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI. contratar e demitir funcionários;
- VII. regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- VIII. elaborar o Regimento da AME;
- IX. decidir sobre os casos omissos deste Estatuto, *ad referendum* da Assembléia Geral;
- X. estipular mensalidades e contribuições financeiras para as associadas;
- XI. zelar e administrar o patrimônio financeiro, móvel e imóvel da AME.

Art. 20 - A Diretoria se reunirá, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 21 - Compete à Presidente:

- I. representar a Associação de Mulheres Empreendedoras – AME judicial e extra judicialmente;
- II. convocar e coordenar as reuniões da Diretoria;
- III. traçar as linhas gerais de ação da Instituição, subsidiar e propor meios e indicativos para a consecução de seus objetivos e estabelecer as metodologias das atividades;
- IV. criar grupos e equipes para realização de tarefas específicas, como pesquisas, formação e publicações;
- V. fiscalizar e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais;
- VI. zelar pelo cumprimento do Estatuto e Regimento Interno;
- VII. elaborar e submeter anualmente à Assembléia Geral plano de trabalho, bem como Relatório de atividade da AME, acompanhado do Balanço e do parecer do Conselho Fiscal;
- VIII. convocar a Assembléia Geral nos termos deste Estatuto;
- IX. ordenar a realização das despesas, movimentar conta bancária e assinar cheques em conjunto com a Vice Presidente;
- X. propor alterações ao presente Estatuto, submetendo-as à aprovação da Assembléia Geral;
- XI. aprovar as alienações, onerações e inversões de bens e de direitos;
- XII. aprovar as diretrizes de aplicações financeiras;

XIII. deliberar sobre a assinatura de convênios.

Art. 22. Compete à Vice-Presidente:

- I. substituir a Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração a Presidente;
- IV. movimentar conta bancária e assinar cheque em conjunto com a Presidente.

Art. 23 - Compete à Diretora Social:

- I. coordenar as atividades da secretaria da AME;
- II. manter sob sua guarda os livros, arquivos, documentos constitutivos da AME, atas e demais documentos;
- III. secretariar as Assembléias e as reuniões da Diretoria;
- IV. substituir a Presidente em atividades sociais;
- V. zelar pela boa imagem da organização;
- VI. participar das reuniões da Diretoria;
- VII. promover e publicar plano de atividades sociais.

Art. 24 – Compete à Diretora de Relações Institucionais:

- I. substituir a Diretoria Social em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III. prestar, de modo geral, a sua colaboração a Diretora Social;
- IV. promover a cooperação da AME e seus associados com o poder público e/ou com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- V. promover capacitação e treinamento em relações institucionais e internacionais;
- VI. implementar plano de estratégias de relações institucionais.

Art. 25 – Compete à Diretora de Gestão:

- I. coordenar as atividades financeiras da AME;
- II. arrecadar e contabilizar as contribuições das associadas, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- III. supervisionar os serviços contábeis, de tesouraria e implementação do orçamento anual;
- IV. organizar, controlar e executar o serviço de cobrança e pagamento;
- V. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI. elaborar anualmente o balanço e, mensalmente, os balancetes a serem encaminhados ao Conselho Fiscal;
- VII. promover e controlar as aplicações financeiras da AME;
- VIII. manter sob sua guarda os livros contábeis;
- IX. manter o registro dos bens de propriedade da AME;
- X. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 26 - Compete à Diretora de Empreendedorismo:

- I. substituir a Diretora de Gestão em suas faltas e impedimentos;
- II. assumir o mandato em caso de vacância, até seu o seu término;

- III. prestar, de modo geral, sua colaboração a Diretora de Gestão;
- IV. promover cursos de capacitação em empreendedorismo;
- V. participar de reuniões, congressos e eventos para divulgar as atividades empreendedoras das associadas da AME;
- VI. promover parcerias relacionadas com as atividades empreendedoras das associadas de interesse da AME.

Art. 27 - Compete à Diretora Jurídica:

- I. defender e orientar todas as ações da AME;
- II. coordenar os atendimentos jurídicos de interesse da AME;
- III. promover programas de responsabilidade social.

Art. 28 - Compete ao Diretor de Marketing:

- I. ser responsável pela produção do material de propaganda da AME;
- II. organizar e manter o SITE da AME;
- III. operacionalizar as ações de marketing.

Art. 29 - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da Instituição a qualquer época;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º);
- III. requisitar a Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV. contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
- VI. acusar toda e qualquer irregularidade, indicando medidas saneadoras;
- VII. em caso de liquidação da AME, praticar os atos julgados indispensáveis para o seu bom termo.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente sempre que convocado pela sua Presidente ou sempre que se fizer necessário.

Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 31 - O patrimônio da Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 32 - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 33 - Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Lei 9.790/99, inciso V do art. 4º).

Capítulo V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34 - A prestação de contas da Instituição observará no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do art. 4º):

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 35 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por: termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação; contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais; doações, legados e heranças, rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração, contribuição dos associados e recebimento de direitos autorais.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 - A Associação de Mulheres Empreendedoras – AME será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 37 – As integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- I. malversação ou dilapidação do patrimônio da Associação;
- II. grave violação deste Estatuto;
- III. abandono do cargo; e
- IV. perda da condição de associado.

Art. 38 - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 39 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 40 - Este Estatuto entra em vigor na data da sua aprovação.

Brasília- DF, 16 de dezembro de 2009.

MARIA CRISTINA BONER LEO

Presidente

ANEXO II

10.000 Women Empreendedorismo e Novos Negócios

10.000 Women Empreendedorismo e Novos Negócios é um programa de treinamento em gestão com 170 horas de duração, a ser oferecido no Brasil, em 2009, e cujo objetivo é dotar as mulheres participantes com as habilidades gerenciais necessárias para aumentar suas chances de sucesso, seja como empreendedoras ou como gerentes, impactando o crescimento econômico das comunidades em que vivem.

Parceiros da Goldman Sachs nessa iniciativa, o IE Business School e a FGV-EAESP desenvolveram esse programa a fim de prover as participantes com habilidades, conhecimentos e ferramentas tecnológicas para aumentarem suas chances de sucesso nos competitivos mercados globalizados da atualidade. A chave da metodologia desse programa é o aprendizado colaborativo pela interação contínua entre aluno e professor. As participantes também terão acesso a tutores, mentores, eventos de networking e foruns que as permitirão aprender e trocar idéias com profissionais importantes em seus setores de atuação.

A Goldman Sachs está investindo \$ 100 milhões no Programa 10.000 Women para apoiar parcerias com universidades e desenvolver instituições para auxiliar mulheres de áreas carentes com educação gerencial. Espera-se que essas parcerias possam ajudar futuras gerações de empreendedoras e gerentes pelo fortalecimento da qualidade e capacidade da educação gerencial advindo do treinamento de professores e do desenvolvimento de currículos inovadores e de estudos de caso relevantes. Esta iniciativa está alicerçada na crença de que expandir o talento empreendedor e gerencial nessas economias – especialmente entre mulheres – é um dos mais importantes meios, ainda que frequentemente negligenciado, de aumentar a oportunidade econômica desses países.

Diretora do projeto: Célia de Anca

Coordenadora: Cláudia

Como funciona

O curso dura três meses e é ministrado em período integral às sextas e sábados.
18/03/2011 a 18/06/2011.

Quem deve se candidatar?

Mulheres empreendedoras já com negócio próprio em funcionamento, e que não tiveram acesso a cursos de administração em escolas de primeira linha.

Quais os benefícios que o programa oferece?

Um certificado que atesta suas habilidades para desenvolver o negócio assinado pela Fundação Getulio Vargas.

Além disso, é possível melhorar o networking e entender modelos práticos de negócios que irão ajudá-la a melhor estruturar e desenvolver a empresa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1: Empreendedorismo (156 horas)

Você e o seu Negócio

Estratégia

Finanças

Marketing

Operações

Recursos Humanos

Negociação

Liderança

TI e E-commerce

Módulo 2: Serviços de Apoio ao Empreendedor (70 horas)

Eventos de networking

Feira de Empreendedorismo

Mentoring on line

Visitas às Incubadoras

Total = 226 horas